

**PRESTAÇÃO DE CONTAS
2020**



**CERILUZ
DISTRIBUIÇÃO**



CERILUZ

Energia para a Vida.

Missão

"Melhorar a condição de vida do associado, gerando e fornecendo energia de qualidade, com eficiência e de forma sustentável".

Valores

Ação e Transparência
Ética e Senso de Justiça
Intercooperação e Competência
Cidadania
Solidariedade
União
Zelo

Visão

"Da geração à distribuição, para além da energia".

Negócio

Gerar e comercializar energia dentro de sua área de ação, atendendo às necessidades dos consumidores das classes Rural, Residencial, Industrial, Comercial e Pública, focando a qualidade exigida para a realização de suas atividades diárias".

SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE	5
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	6
1. PERFIL.....	6
1.1. A Ceriluz Distribuição.....	6
1.2. Ceriluz em Números	7
1.3. Gestão pela Qualidade Total	7
1.4. Política da Qualidade.....	8
1.5. Índice IASC de Satisfação ao Consumidor.....	8
2. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	9
2.1. Assembleia Geral	9
2.2. Assembleia Geral Ordinária	9
2.3. Assembleia Geral Extraordinária	10
2.4. Conselho de Administração	10
2.5. Conselho Fiscal	10
2.6. Auditores Independentes	11
3. GESTÃO DE PESSOAS E PROCESSOS.....	12
3.1. Atuação Na Área Social.....	12
3.2. Segurança E Saúde Ocupacional.....	14
3.3. Outras Informações Aos Associados.....	16
4. DESEMPENHO OPERACIONAL	19
4.1. DISTRIBUIÇÃO	19
4.1.2. Ligação de Consumidores	19
4.1.3. Consumidores por Município	20
4.1.4. Comportamento de Mercado.....	20
4.1.5. Balanço Energético em GWh	21
4.1.6. Ingressos/ Receita Líquida	22
4.1.7. Número de Consumidores.....	22
4.1.8. Tarifas	23
4.1.9. Reajuste Tarifário Anual	23
4.1.10. Bandeiras Tarifárias	24
4.1.11. Qualidade do Fornecimento	25
4.1.12. Atendimento ao Consumidor	27
4.1.13. Frota	28
4.1.14. Tecnologia da informação	28
5. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO.....	29
5.1. Análise do Resultado	29
5.2. Variações Patrimoniais	29
5.3. Investimentos	30
5.4. Captações de Recursos.....	30
5.5. Valor Adicionado	31
5.6. Planejamento Empresarial	31
6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS	33
6.1. BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO	33
6.2. BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO	34
6.3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E DESTINAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO	35
6.4. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL.....	36
6.5. DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS.....	37
6.6. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA.....	39
6.7. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC – MÉTODO DIRETO.....	39
7. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS	40
NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL.....	40
NOTA 2 – CONTRATOS DE PERMISSÃO.....	40
NOTA 3 – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE.....	40
NOTA 4 – BASE PARA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	40

NOTA 5 - ALTERAÇÕES EM PRÁTICAS CONTÁBEIS	41
NOTA 6 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	41
NOTA 7 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	43
NOTA 8 – CONSUMIDORES	44
NOTA 9 – SERVIÇOS EM CURSO	45
NOTA 10 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS	45
NOTA 11 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES.....	45
NOTA 12 – ESTOQUES	46
NOTA 13 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	46
NOTA 14 – ATIVOS FINANCEIROS.....	46
NOTA 15 – DISPÊNDIOS/ DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	46
NOTA 16 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES.....	47
NOTA 17 – OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES	47
NOTA 18 – BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS A CONCESSÃO	47
NOTA 19 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.....	49
NOTA 20 – FORNECEDORES.....	51
NOTA 21 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	52
NOTA 22 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	53
NOTA 23 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER	53
NOTA 24 – PROVISÃO PARA LITÍGIOS	53
NOTA 25 – ENCARGOS SETORIAIS:	54
NOTA 26 – PASSIVOS REGULATÓRIOS	54
NOTA 27 – OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES	54
NOTA 28 – OUTROS PASSIVOS NÃO CIRCULANTES	55
NOTA 29 – OBRIGAÇÕES VINCULADAS A PERMISSÃO	56
NOTA 30 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO	57
30.1. Capital Social.....	57
30.2. Natureza e Finalidade das Reservas	57
30.3. Sobras à Disposição da Assembleia Geral Ordinária	57
NOTA 31 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	57
NOTA 32 – INGRESSOS/RECEITAS OPERACIONAIS.....	58
NOTA 33 – TRIBUTOS SOBRE OS INGRESSOS/RECEITAS	59
NOTA 34 – ENCARGOS DA PARCELA “A”	59
NOTA 35 - CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"	60
NOTA 36 - CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"	60
NOTA 37 – OUTROS INGRESSOS/RECEITAS OPERACIONAIS	61
NOTA 38 – OUTROS DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS.....	61
NOTA 39 – SEGUROS	61
NOTA 40 – NOTA EXPLICATIVA DVA	61
NOTA 41 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO E ATIVIDADES DE NEGÓCIOS.....	62
NOTA 42 – PARTES RELACIONADAS	62
8. BALANÇO SOCIAL	63
9. PARECER DO CONSELHO FISCAL	64
10. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS ...	65

SENHORAS E SENHORES ASSOCIADOS,

Apresentamos a seguir o Relatório da Administração, através do qual divulgamos as principais atividades desenvolvidas no exercício de 2020 e apresentamos as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2020 exigiu muito de nós, seja como gestores, seja como cidadãos. Foi necessário ajustar nossas ações às medidas de combate à COVID-19, doença que se instalou no mundo em meados de março e segue trazendo muitas preocupações. O principal impacto se deu no relacionamento com as pessoas envolvidas conosco, no nosso dia a dia, como familiares e amigos, mas também colaboradores e associados da Cooperativa. Todas as nossas atividades poderiam ter consequências na vida dos outros. Como gestores da Ceriluz, nós da diretoria, tínhamos o desafio de conseguir garantir a segurança de nossos trabalhadores sem prejuízos ao abastecimento de energia aos associados, afinal, executamos um serviço essencial. Eventos sociais, reuniões, viagens, tudo que era possível, foi cancelado ou adotamos um novo modo de realizar. Nosso atendimento aos associados mudou, estimulamos o contato online e implementamos ferramentas para isso. Contudo, sempre estivemos à disposição daquele associado que precisou vir até a Ceriluz, com todos os cuidados. Internamente, protocolos foram adotados.

O trabalho externo, no entanto, esse não podia parar. E não parou. Diferente do que se viu no país, nossa demanda de energia cresceu 9,45%, reflexo da realidade social e econômica de nossa região. Sim, as pessoas ficaram mais em casa, se cuidando, no entanto, nossa região é essencialmente agrícola. Temos uma produção primária forte e um parque industrial voltado ao beneficiamento de produtos agropecuários. Enquanto muitas atividades paravam, os agricultores mantinham-se ativos, em suas propriedades, produzindo alimentos. E a energia é essencial nesse processo. Não bastasse às dificuldades da Pandemia, ainda enfrentamos estiagem, o que fez com que o setor agropecuário consumisse ainda mais energia, na forma de irrigação. O resultado foi o crescimento de 22,5% da demanda da Classe Rural.

Sabendo que a energia é essencial para o setor produtivo é fundamental pensar nos valores pagos pelos associados, afinal, ela deve ser um impulsionador e não um entrave. Nesse sentido 2020 também merece destaque. Já no período da seca garantimos um desconto de 10% sobre as tarifas de energia dos associados, de abril a julho. Depois, em nosso reajuste, neutralizamos o impacto aos associados aderindo a mecanismos do governo de combate à pandemia e também por meio de iniciativas próprias. A principal delas, a realização de um leilão que garantiu um valor de compra de energia muito menor do que o praticado atualmente. Essa medida terá impactos práticos a partir do próximo reajuste, em agosto de 2021.

Apesar de todos os desafios, consideramos o ano de 2020 como positivo. Conseguimos superar as dificuldades, garantindo qualidade de energia aos associados, valores justos e a saúde de colaboradores e associados. Foi um ano, acima de tudo, de aprendizado. Tivemos que nos adaptar e rever nossas atitudes. Nosso trabalho mudou sim, mas todos sempre estavam a postos para atender qualquer situação, afinal, serviços essenciais não param.



Iloir de Pauli
Presidente da CERILUZ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. PERFIL

1.1. A Ceriluz Distribuição

A Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda. – Ceriluz Distribuição é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, fundada em 20 de agosto de 1966, com sede na cidade de Ijuí, estado do Rio Grande do Sul e tem como principal objetivo o desenvolvimento sócio/econômico através da distribuição de energia elétrica e serviços de interesse de seu quadro de associados pessoas físicas ou jurídicas.

A Cooperativa CERILUZ-DISTRIBUIÇÃO, em 27 de maio de 2010, firmou o contrato de permissão de serviço público de distribuição de Energia Elétrica com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 036/2010 com prazo de vencimento previsto para maio de 2040, com possibilidade de prorrogação por mais 30 anos, a critério do poder concedente.

De acordo com o estabelecido no Contrato de Permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, as tarifas são reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas a cada 4 anos.

Tanto os reajustes como as revisões possuem critérios e metodologias próprias, as quais são definidas pelo órgão regulador ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. A ANEEL estabelece uma tarifa diferente para cada agente (concessão ou permissão) de distribuição de energia em função das particularidades de cada distribuidora e o seu mercado.

As tarifas de energia elétrica devem permitir ao agente uma receita/faturamento suficiente para cobrir seus custos operacionais eficientes, remunerar os investimentos realizados, permitindo sua expansão e o equilíbrio econômico e financeiro da permissão. O Contrato também prevê que a permissionária deve ter estrutura apropriada e condizente com seu mercado, distribuindo uma energia dentro dos padrões técnicos definidos.

A entidade é regida pela Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1.971 que regulamenta o sistema cooperativista no país e tem como finalidade a prestação de serviços aos seus cooperados nas localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a ANEEL.

O reconhecimento público com relação às medidas adotadas pela CERILUZ para melhorar a qualidade de seus serviços e o relacionamento com os consumidores pode ser verificada pela certificação oficial da NBR ISSO 9001:2015 no ano de 2017, que reconhece a competência da Cooperativa na prestação dos serviços com qualidade.

A CERILUZ focada no desenvolvimento social e econômico da região de forma sustentável tem como compromisso com associados, consumidores, colaboradores e comunidade:

- Distribuir energia elétrica com qualidade;
- Aumentar a satisfação dos associados e consumidores;
- Preservar o meio ambiente junto às comunidades onde está inserida;
- Contribuir no desenvolvimento regional e melhorar a qualidade de vida;
- Buscar a melhoria contínua da eficácia do Sistema de Gestão da Qualidade;
- Manter programas de aperfeiçoamento do quadro de colaboradores e associados;
- Cumprir os requisitos legais, regulamentares da ANEEL e estatutários da empresa;
- Integrar de forma objetiva o Sistema de Gestão da Qualidade com a estratégia do negócio;
- Propiciar um ambiente que estimule o envolvimento e o desenvolvimento profissional das pessoas.

1.2. Ceriluz em Números

Atendimento	2020	2019	%
Número de consumidores	14.241	13.997	1,74%
Número de empregados	121	122	-0,82%
Número de consumidores por empregado	118	115	2,58%
Número de localidades atendidas	24	24	0,00%
Número de agências	1	1	0,00%
Número de postos de atendimento	2	2	0,00%
Número de postos de arrecadação	44	44	0,00%
Mercado	2020	2019	%
Área de concessão (Km ²)	3.977.832	3.977.832	0,00%
Distribuição Direta (GWh)	146,00	133,15	9,65%
Total Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)		386,02	-100,00%
Residencial		473,20	-100,00%
Comercial		484,86	-100,00%
Industrial		360,05	-100,00%
Rural		367,67	-100,00%
Suprimento		233,70	100,00%
DEC (horas)	10,31	14,81	-30,38%
FEC (número de interrupções)	8,98	11,03	-18,59%
TMA (minutos)	103,20	92,00	12,17%
Operacionais	2020	2019	%
Número de subestações	3	3	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	4.192	4.187	0,12%
Capacidade Instalada (MW)	173	166	4,27%
Financeiros Societário	2020	2019	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	97.164	94.132	3,22%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	76.535	73.437	4,22%
EBITDA OU LAJIDA	10.047	10.231	-2,07%
Lucro líquido (R\$ mil)	7.523	6.958	8,12%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	71.026	65.043	9,20%

1.3. Gestão pela Qualidade Total

A adoção de um sistema de gestão da qualidade é uma decisão estratégica da CERILUZ com o objetivo buscar a melhoria de seu desempenho e prover uma base sólida para iniciativas de desenvolvimento sustentável. O Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) da CERILUZ é implementada com base no atendimento a todos os princípios adotados pelas NBRs ISO 9001:2015 e ISO 10002:2005, buscando dessa forma atender os requisitos das partes interessadas consideradas relevantes.

A CERILUZ está comprometida com o desenvolvimento e a melhoria contínua de seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) e demonstra esta preocupação por meio do estabelecimento de uma Política da Qualidade, a qual é divulgada aos colaboradores em todos os níveis para comprometimento e participação.

Para alcançar os objetivos e melhorar a eficácia de seu Sistema de Gestão da Qualidade, na qual é demonstrada pela satisfação de seus consumidores e a melhoria contínua de seus processos.

A CERILUZ elabora uma Política da Qualidade coerente com a direção estratégica do negócio e que:

- Seja apropriada ao propósito e ao contexto para possa apoiar o direcionamento estratégico;
- Proveja o estabelecimento dos Objetivos da Qualidade para demonstrar que o compromisso explicitado na Política esteja sendo alcançado;

- Direcione para buscar a satisfação de seus consumidores e melhoria contínua de seu SGQ.

A CERILUZ compromete-se a disponibilizar a Política da Qualidade às partes interessadas consideradas relevantes para o seu negócio, assim como comunicar e proporcionar o entendimento e a conscientização a todos os envolvidos, principalmente aos colaboradores que são os responsáveis por transformar os compromissos assumidos em ações concretas.

Parte Interessada	Forma de Comunicação	Disponibilidade
Colaboradores	Treinamentos, reuniões, circulares	Intranet e murais
Consumidores / Associados	Informativos, publicidades, reuniões e palestras	Site
Aneel	Relatório da Administração	Site

1.4. Política da Qualidade

Distribuir energia elétrica com qualidade e segurança, nos padrões do setor elétrico, buscando:

- Satisfação dos associados/consumidores;
- Aperfeiçoamento contínuo dos colaboradores;
- Investimento em tecnologia e melhoria contínua de nosso SGQ;
- Confiabilidade na coleta, geração e envio dos dados à Aneel dos indicadores de continuidade Individuais e Coletivos, Serviços Comercial e Reclamações;
- Eficiência no tratamento das reclamações dos associados/consumidores e demais partes interessadas;
- Cumprimento do contrato de permissão, assim como os requisitos legais, regulamentares da Aneel, estatutários da Cooperativa, e dos Associados/Consumidores; e
- Sustentabilidade econômica seguindo os princípios cooperativistas, com responsabilidade socioambiental.

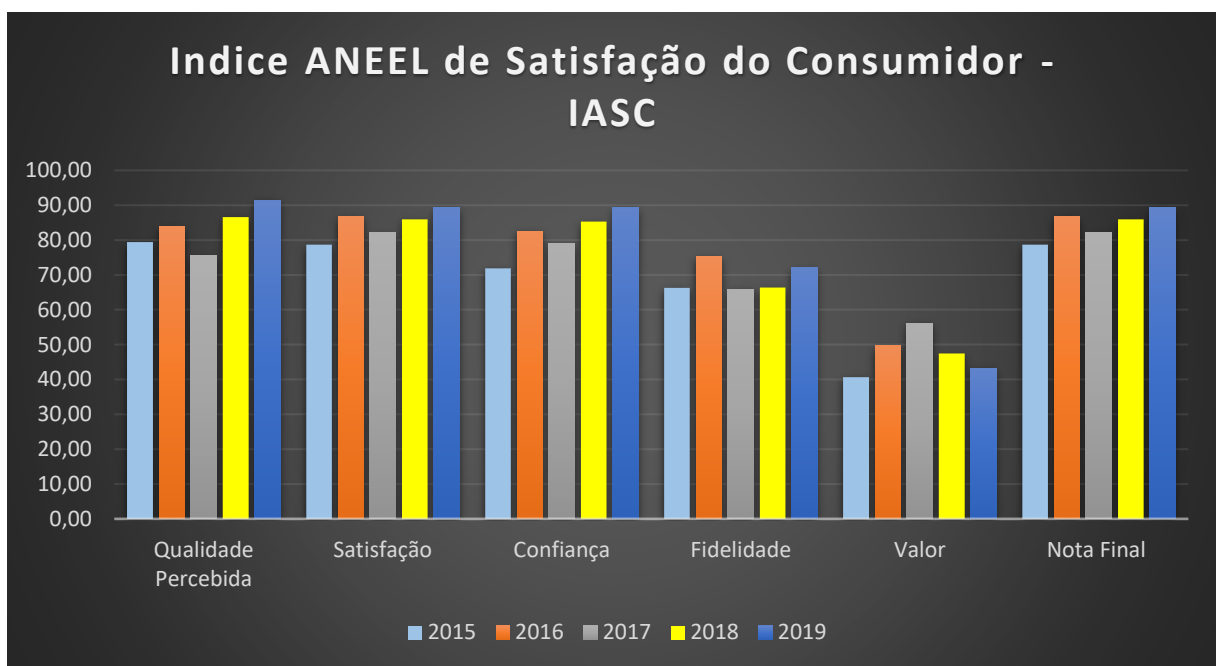
1.5. Índice IASC de Satisfação ao Consumidor

O IASC é um indicador que permite avaliar a satisfação do consumidor residencial com os serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica. É obtido anualmente a partir de pesquisa amostral realizada com consumidores de todas as distribuidoras, concessionárias e permissionárias, que atuam no território nacional. São realizadas cerca de 27.000 entrevistas. O prêmio é um reconhecimento às distribuidoras mais bem avaliadas pelos consumidores na Pesquisa IASC. Anteriormente conhecido como Prêmio IASC, o Prêmio ANEEL de Qualidade é concedido às distribuidoras que recebem as notas mais altas de acordo com categorias de região e porte de mercado. Essas empresas recebem troféu, certificado e um selo que pode ser aplicado nas faturas de energia elétrica e no material de comunicação institucional.

Após ter sido escolhida a melhor distribuidora de 2018, com uma média de satisfação de 85,93%, a Ceriluz foi novamente finalista na sua categoria “Permissionárias acima de 10.000” UCs, ficando em segundo lugar. O índice foi aferido por meio de pesquisa de opinião realizada em todo o Brasil, no período de 22/7 a 13/11/2019, que entrevistou 27.308 consumidores, de 596 municípios atendidos pelas 91 distribuidoras de energia elétrica. Na área de abrangência da Ceriluz, foram entrevistados 137 associados dos municípios de Ijuí, Augusto Pestana, Coronel Barros, Ajuricaba, Chiapetta, Santo Augusto, Boa Vista do Cadeado e Jóia. Realizado anualmente pela ANEEL desde 2000, o IASC reflete a opinião dos consumidores sobre as distribuidoras e tem como objetivo estimular a melhoria contínua dos serviços. Os resultados da Ceriluz vêm melhorando ano após ano.

No Prêmio de 2017 a Ceriluz teve a segunda maior nota na sua categoria e no geral, com 82,13% de satisfação, em 2018 conseguiu a melhor nota do Brasil, com 85,93% de satisfação, e nesse último prêmio, teve a terceira maior nota no geral e a segunda de sua categoria, mesmo com um média maior de aprovação, de 89,26%.

Itens avaliados	2015	2016	2017	2018	2019	Var 2019/18	Média Permissionárias acima de 10 mil Ucs
Qualidade Percebida	79,40	83,76	75,53	86,61	91,43	5,56%	83,34
Satisfação	78,73	86,75	82,13	85,93	89,26	3,87%	81,08
Confiança	71,93	82,54	79,04	85,35	89,33	4,67%	80,17
Fidelidade	66,28	75,31	65,90	66,39	72,02	8,47%	50,87
Valor	40,62	49,61	56,18	47,44	43,19	-8,97%	36,83
Nota Final	78,73	86,75	82,13	85,93	89,26	3,88%	81,08
Avaliação	Bom	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente	3,88%	81,08



2. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

2.1. Assembleia Geral

A Assembleia Geral dos associados é o órgão supremo da Cooperativa, dentro dos limites legais e estatutários. A Assembleia Geral tem poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta. As deliberações da Assembleia Geral vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes. As deliberações serão tomadas por maioria de voto dos associados presentes com direito de votar.

2.2. Assembleia Geral Ordinária

A Assembleia Geral Ordinária, que se realiza, anualmente, nos 3 primeiros meses após o término do exercício, convocada pelo presidente, delibera sobre os seguintes assuntos que deverão constar da ordem do dia:

1. Eleição dos componentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal quando for o caso;
2. Prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:
 - a. Relatório da gestão;

- b. Demonstrações contábeis do exercício social, segundo as normas contábeis vigentes no Brasil;
- c. Parecer do Conselho Fiscal;
- h. Parecer da Auditoria Independente;
- 3. Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas, deduzindo-se no primeiro caso, as parcelas para os Fundos Obrigatórios;
- 4. Fixação do valor dos pró-labores dos membros da Diretoria e cédula de presença dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- 5. Outros assuntos de interesse social (sem poder deliberativo).

2.3. Assembleia Geral Extraordinária

A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da sociedade, desde que mencionado no edital de convocação. É da competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos, para os quais são necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, para tornar válidas as deliberações:

- 1. Reforma do estatuto social;
- 2. Fusão, incorporação ou desmembramento;
- 3. Mudança do objeto da sociedade;
- 4. Dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;
- 5. Contas do liquidante;

2.4. Conselho de Administração

A Cooperativa é administrada por um Conselho de Administração composto por um Presidente, um Vice-Presidente e quatro Conselheiros Vogais efetivos, todos associados, eleitos em Assembleia Geral para um mandato de quatro anos, sendo obrigado, ao término de cada mandato, a renovação mínima de um terço de seus componentes.



Iloir de Pauli
PRESIDENTE



Valmir E. Seifert
VICE-PRESIDENTE



Romeu A. de Jesus
1º VOGAL



Valdir Steiernagel
2º VOGAL



Luiz F. Baroni
3º VOGAL



Senio R. Kirst
4º VOGAL

2.5. Conselho Fiscal

A Administração da sociedade é fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de três membros efetivos e três membros suplentes, com mandato de um ano e renovação obrigatória de dois terços a cada eleição.



Claudio R Drews



Luciano Lorenzoni



Sidnei J. Montagner



Marlene Bussler



Nelson Dallabrida



Sandra Wender

2.6. Auditores Independentes

A Ceriluz tem contratado a empresa Linear Auditores Independentes S/S para os serviços de auditoria independente para as demonstrações contábeis e emissão do relatório de opinião sobre a posição patrimonial, econômica e financeira da cooperativa.

3. GESTÃO DE PESSOAS E PROCESSOS

A busca constante por qualificação sempre foi determinante para a Ceriluz, preocupada com a capacitação dos seus funcionários, porém, como o ano de 2020 foi atípico devido a pandemia e o cancelamento dos cursos presenciais ela investiu R\$ 8 mil em cursos e treinamento de capacitação On Line. Ao final de 2020, contou com 121 empregados.

3.1. Atuação Na Área Social

Aprendizes Cooperativos Adquirem Experiência Profissional Interagindo Com Colaboradores



Seis jovens aprendizes atuaram como auxiliares administrativos no período de maio de 2019 a agosto de 2020.

Em agosto de 2020 chegou ao fim o período de estágio de mais um grupo de jovens do Programa Aprendiz Cooperativo. Elen Fernanda de Moraes, Kaion Luciano Moraski, Kauã Haack Antonio, Laura Calegari Mendonça, Mariele Rodrigues Wunder e Yago José Dallepiane Góí interagiram com os colaboradores da Ceriluz no período de 13 de maio de 2019 a 25 de agosto de 2020, na função de Auxiliares Administrativos, inseridos em diferentes setores de trabalho.

O Programa Aprendiz Cooperativo tem o objetivo de abrir oportunidades no mercado de trabalho para estudantes entre 14 e 24 anos, ao permitir que eles possam trabalhar em uma cooperativa, aprender uma profissão e também entrar em contato com a cultura cooperativista, pautada em valores como igualdade, solidariedade, honestidade e transparência. Com duração de 17 a 18 meses e carga horária de aproximadamente mil horas, o programa Aprendiz Cooperativo acontece em dois módulos: um teórico, realizado em sala de aula, e outro prático, já nas dependências da Cooperativa.

No caso específico desse grupo de aprendizes, as atividades iniciaram no dia 04 de fevereiro de 2019,

com três meses de formação teórica ministrada pela cooperativa educacional Cooperconcordia. Em maio de 2019 as atividades passaram a ser intercaladas, sendo três turnos na semana de trabalho na cooperativa e 02 de aprendizagem teórica. O programa é apoiado pelo sistema OCERGS/SESCOOP/RS.

Campanha Referente Ao Dia C Se Encerra Com Doação de Agasalhos



Donativos foram entregues por diretores da Cooperativa à Secretaria de Desenvolvimento Social de Ijuí, encarregada de fazer a distribuição entre as famílias carentes do município.

A Ceriluz entregou na manhã do dia 08 de julho os donativos resultantes da sua Campanha do Agasalho realizada entre colaboradores, diretores e conselheiros, para a Secretaria de Desenvolvimento Social de Ijuí. A iniciativa integrou o Projeto Ações que Inspiram, idealizado em razão da passagem do Dia Internacional do Cooperativismo, comemorado todos os anos, no primeiro sábado do mês de julho. Anualmente a Cooperativa organiza atividades, em geral presenciais, visando celebrar o Dia C, como é mais conhecido o Dia Internacional do Cooperativismo. Porém, considerando as restrições da Pandemia, ela optou por realizar uma ação digital, que visava estimular as pessoas a escolherem suas próprias ações de cooperação, mais voltadas ao convívio no lar. Entre essas iniciativas estava a prática da solidariedade, onde se solicitou às famílias que reservassem alguns momentos para separar e doar agasalhos. Os donativos arrecadados foram repassados para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Ijuí, que fez a triagem das peças e deu o seu destino, conforme a necessidade.

Além de agasalhos a Ceriluz também recebeu doações de alimentos não perecíveis. Estes, contudo, foram encaminhados para uma campanha de arrecadação de alimentos e produtos de higiene e limpeza realizada em Bozano, por iniciativa dos

colaboradores da agência do Sicredi, com apoio da Ceriluz, Cotripal e C. Vale.

Unijui e Ceriluz Firmam Convênio Para Desenvolvimento de Projeto Socioambiental



Estudantes da universidade fazem a coleta e análise de água, visando a implantação de medidas de proteção das nascentes.

Apesar da suspensão das atividades envolvendo público e aglomerações, outras iniciativas na linha da pesquisa e desenvolvimento de ações de gestão ambiental seguiram. Caso do convênio firmado entre a Ceriluz e a Unijuí, por meio do Mestrado em Sistemas Ambientais e Sustentabilidade, juntamente com a empresa JSFlorestal, para o desenvolvimento de um projeto Socioambiental em Ijuí. Intitulado “Qualidade das águas de nascentes pertencentes à Bacia Hidrográfica do Rio Ijuí na área de atuação de Pequenas Centrais Hidrelétricas”, está em desenvolvimento junto a associados da Cooperativa, futuramente se expandindo para estudantes de escolas da cidade.

O estudo está em desenvolvimento nos municípios de Ijuí e Bozano, na Bacia Hidrográfica do Rio Ijuí, na microrregião de atuação das PCH’s José Barasul e RS 155, que exploram o potencial hidrelétrico do Rio Ijuí, na qual as nascentes de água selecionadas para o desenvolvimento do projeto de pesquisa são formadoras de arroios que contribuem para a disponibilidade hídrica do Rio Ijuí.

Os objetivos são identificar as nascentes e caracterizar o ambiente no entorno das fontes que abastecem o rio Ijuí, na microrregião de atuação de Pequenas Centrais Hidrelétricas. Realizar avaliação da qualidade da água e desenvolver um plano de monitoramento para fins de recuperação e preservação. Além disso, atuar junto à comunidade para atividades de educação ambiental na conscientização do uso racional da água e preservação de seus mananciais e de valorizar o

caráter socioambiental da empresa geradora de energia.

Cooperativa Implanta Central Para Coleta e destino Adequado de Resíduos



A Central contempla o destino correto de rejeitos gerados pelos colaboradores, na execução de seu trabalho diário.

Pensando em proporcionar melhores condições de trabalho e um ambiente mais limpo e organizado aos seus colaboradores, a Ceriluz construiu junto ao seu Almoxarifado uma Central de Resíduos. Essa central visa atender, de um modo geral, os vários tipos de resíduos produzidos por cada setor da Cooperativa. Foram disponibilizados cinco boxes para uma correta destinação dos diferentes tipos de resíduos e cada setor é responsável por acondicionar corretamente seus materiais nos diferentes espaços. A central contempla materiais recicláveis e não recicláveis, entre eles papelão, plásticos, madeira, paletes e terra, além de resíduos perigosos.

Para dar o correto destino aos resíduos gerados a Cooperativa fechou parcerias ou buscará iniciativas próprias para destinação dos resíduos de modo que eles não contaminem o meio ambiente. No caso de papelão e plástico, esse material será retirado pela Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Ijuí (ACATA), que o aproveitará para geração de renda às famílias. Já os resíduos perigosos serão coletados pela empresa Cetric, especializada em transporte e tratamento de resíduos tóxicos. Vidros e lâmpadas serão encaminhados aos ecopontos do município, enquanto a terra será levada para aterros. A madeira está à disposição dos próprios colaboradores ou mesmo empresas parceiras que desejarem fazer seu uso.

UNIMED Noroeste/RS Amplia a Possibilidade de Inserção de Dependentes em Plano

O plano de saúde ambulatorial oferecido aos associados da Ceriluz desde o ano de 2006, hoje possibilitado pela parceria com a cooperativa médica Unimed Noroeste RS, sofreu alterações no mês de agosto, complementando mudanças realizadas já no ano passado. Em 2019 ocorreu a migração para um novo plano Empresarial Ambulatorial Regional, que deu direito aos beneficiários a um serviço mais qualificado, incluindo atendimento no Hospital Unimed Noroeste/RS, com acesso ao Centro do Diagnóstico por Imagem, ao Laboratório de Análises Clínicas e a serviços de oncologia, assim como pronto atendimento e emergência. A nova proposta também passou a permitir o atendimento nos 52 municípios que compõe a área de ação da Unimed Noroeste/RS, além de atendimento de emergência em todo o Brasil.

Em 2020 ampliou-se a possibilidade de inserção de dependentes pelos titulares do plano. Agora, além da esposa(o) e/ou companheira(o) e os filhos, podem ser inseridos também os netos. No caso dos filhos foi ampliada a idade de dependência para 33 anos, idade que anteriormente era 18 anos. Já em relação aos netos, estes não estavam incluídos no contrato e, a partir de agora, podem usufruir dos atendimentos até os 24 anos.

Essa alteração acompanha o reajuste tarifário ocorrido anualmente e que também passou a vigorar em agosto. A nova mensalidade passa a ser de R\$136,80 por beneficiário, aumento de 9,62% em relação à tarifa anterior, de R\$124,80.

Seguro Residencial Passa Por Reformulação Para Adequar-se à Realidade do Mercado



Associados da Ceriluz, com Unidades Consumidoras ativas, das classes Rural e Residencial, podem usufruir de seguro ao custo de R\$8,03 mensais.

O Seguro Residencial oferecido pela parceria Ceriluz, Seefeld Corretora de Seguros e Zurich Seguros aos associados da Cooperativa passou por mudanças no

mês de outubro. Na ocasião ocorreu o aumento nas coberturas e também o reajuste do valor da mensalidade.

O valor da cobertura em caso de incêndios, raios e explosões passou a ser de R\$38.000,00 para a edificação e conteúdo do imóvel, podendo chegar a R\$76.000,00. Anteriormente esse valor era de R\$30.000,00. Manteve-se, no entanto, o valor de R\$3.000,00 de cobertura para temporais, incluindo danos causados por vendaval ou granizo.

Essas mudanças se deram a partir da correção do valor do prêmio, que passou de R\$6,69 para R\$8,03 mensais, descontados diretamente na fatura de energia do associado segurado. Dessa forma, os gestores do plano ajustam o programa à realidade de mercado, contemplando reajustes registrados no setor da construção civil.

A adesão ao seguro pode ser feita nos escritórios da Ceriluz por associados que estejam com sua Unidade Consumidora (UC) ativa. Podem ser seguradas construções de alvenaria e madeira em bom estado de conservação e que sejam habitadas regularmente, não incluindo casas de veraneio e final de semana. Em caso de duas ou mais residências num mesmo terreno, para ter a cobertura de todos os imóveis, o interessado deve contribuir individualmente com o prêmio para cada uma delas

3.2. Segurança E Saúde Ocupacional

Desafios da Pandemia do Coronavírus

O ano de 2020 trouxe como desafio aos gestores de empresas, cooperativas e órgãos públicos, a busca do equilíbrio entre a continuidade das suas atividades e a preservação da saúde de seus colaboradores. No caso da Ceriluz, que desempenha serviço essencial, além dos riscos inerentes às atividades do dia a dia, agregou-se a preocupação com o combate ao Coronavírus que trouxe muitas mortes no país e no mundo, assim como a interrupção de muitas atividades produtivas. Na sequência algumas das iniciativas tomadas pela Ceriluz voltadas à preservação da saúde e segurança dos colaboradores, sem o comprometimento de suas atividades essenciais:

Eventos são Suspensos e Atendimentos são Adaptados no Período da Pandemia

Atendendo às recomendações dos órgãos competentes para o combate ao Coronavírus, logo em seu início, em meados de março, a Ceriluz tomou algumas medidas de caráter preventivo envolvendo

suas equipes e profissionais terceirizados, que se estenderam ao longo do ano, com flexibilizações pontuais, conforme a evolução da Pandemia.

1. No dia 19 de março foram suspensos por tempo indeterminado todos os eventos e reuniões com aglomerações, tanto envolvendo colaboradores quanto associados. Nesse sentido, nenhum espaço da cooperativa foi cedido para a realização de eventos por terceiros;
2. Igualmente foram suspensas viagens para longas distâncias, por colaboradores, principalmente para fora do Estado do Rio Grande do Sul;
3. No que diz respeito ao atendimento aos associados, os escritórios e todos os demais meios de contato seguiram funcionando por tratar-se de serviço essencial para a população, para preservar seu bem estar social, as condições de trabalho e a manutenção da saúde. Porém, algumas restrições foram estabelecidas. Implantou-se a obrigatoriedade do uso de máscaras e a manutenção do distanciamento social entre o público atendido. Foram implantados pontos de higienização, com a disponibilidade constante de álcool gel. Contudo, em seus veículos de comunicação próprios e na imprensa regional, a Cooperativa incentivou seus associados a adotarem os meios virtuais de atendimento, como seus telefones 24h e suas ferramentas online;
4. Nos trabalhos internos a Ceriluz, na medida do possível, reduziu o número de colaboradores no ambiente de trabalho. No início da pandemia, aqueles funcionários com possibilidade de realizar suas funções de forma remota, foram liberados, desde que sem prejuízos à execução de suas atividades;
5. Os serviços básicos, como as equipes de plantão, do atendimento e do Centro de Operação da Distribuição (COD), foram mantidos, também com escalonamento de funcionários, visando a redução das aglomerações;
6. Colaboradores que apresentassem sintomas do vírus foram orientados a sempre se ausentar das dependências de

trabalho e permanecerem em casa, comunicando seus superiores e o setor de Recursos Humanos, e adotando os devidos atendimentos de saúde até a comprovação de não ser a doença ou a sua cura, para não contaminar os demais trabalhadores e associados;

Internamente a Ceriluz compartilhou, em seus veículos de comunicação e redes sociais, orientações sobre os procedimentos de higiene necessários para minimizar a disseminação do vírus, assim como disponibilizou materiais de higiene e Equipamentos de Proteção Individuais (EPIS), como álcool gel e máscaras, sempre que necessários, para seus colaboradores e associados;

Colaboradores Receberam Doses da Vacina contra a Gripe



Colaboradores receberam doses da vacina tetravalente, contra as principais cepas de gripe.

Apesar da maior preocupação com a COVID-19, a Ceriluz não se descuidou dos demais riscos para a saúde de seus colaboradores. No dia 24 de março os funcionários tiveram a oportunidade de receber doses da vacina tetravalente, imunizando-se contra quatro cepas de gripe: os vírus H1N1, o H3N2, o influenza do tipo B Victoria e o tipo B Yamagata. Essas foram as cepas incluídas nas vacinas tetravalentes aprovadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para prevenir a gripe em 2020.

Colaboradores Passaram por Exames Focados na Saúde Ocupacional



Exames foram realizados individualmente, por profissionais médicos e de enfermagem, com todos os cuidados necessários para a prevenção da COVID-19.

Durante o mês de junho Ceriluz submeteu seus colaboradores aos exames do **Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)**. A Cooperativa optou por fazer os exames mesmo com a Medida Provisória nº 927/20, editada pelo governo federal no dia 22 de março, em seu artigo 15, suspendendo a obrigatoriedade de exames médicos ocupacionais, clínicos e complementares, enquanto durasse o estado de calamidade pública.

A decisão de realizar os exames foi tomada considerando a importância dos mesmos para a realização das funções dos colaboradores da área técnica, que seguem trabalhando, uma vez que a distribuição de energia está enquadrada como serviço essencial. Por se tratarem de exames individuais, foi possível realizá-los sem promover aglomeração, envolvendo apenas o colaborador, o médico ou enfermeiro, com todos os cuidados necessários. Foram agendados dez exames por dia, incluindo de sangue, audiometria, acuidade visual, eletroencefalograma, eletrocardiograma, avaliação psicossocial e raio x de tórax, este último apenas para colaboradores que trabalham nas usinas da Cooperativa. Os exames foram realizados por equipes da Unimed Noroeste/RS, com a coordenação geral do médico do trabalho, Ernani Oppermann, responsável pelo PCMSO. Estes exames devem ser feitos anualmente, contribuindo para a confecção do Atestado de Saúde Ocupacional que garante que o colaborador está apto a realizar suas atividades laborais.

3.3. Outras Informações Aos Associados

Consumo de Energia Aumenta na área de Atuação da Ceriluz

O grande desafio das distribuidoras de energia em 2020 foi garantir a qualidade da energia, para todas as classes, sem descuidar da segurança e a saúde de seus colaboradores e consumidores. No caso da Ceriluz novamente ocorreu o aumento do consumo de energia por parte dos associados, apesar de algumas mudanças nas características de consumo. A Cooperativa apresentou um aumento de demanda por energia de seus associados na ordem de 9,45%, em relação ao ano de 2019, totalizando a distribuição de 145,3 milhões de kWh.

O índice foi puxado para cima principalmente pela demanda da Classe Rural, que no ano que passou, em relação ao anterior, cresceu 22,5% chegando aos 63,4 milhões kWh. E o crescimento dessa classe se deu principalmente pela influência de um grupo de consumo bem específico: os irrigantes. O Consumo para irrigação das culturas dobrou em relação ao ano anterior, alcançando 102,3% de crescimento, passando dos 7,9 milhões de kWh para 16 milhões kWh.

Com o crescimento apresentado pela Classe Rural ela voltou a se sobressair entre as classes consumidoras, uma vez que o crescimento da classe Industrial foi mais discreto, de 4,5%. As Indústrias consumiram 49,3 milhões de kWh, representando 33,9% de toda a demanda da Cooperativa enquanto a Rural foi responsável por 43,6% de todo o consumo registrado.

A Classe mais afetada pela Pandemia, com reflexos no consumo de energia, foi a Comercial. Essa, que vinha apresentando crescimentos em outros comparativos, em 2020 registrou queda de 10,05%, com consumo de 13,7 milhões de kWh. Reflexos de estabelecimentos comerciais fechados em alguns períodos e a maior permanência das pessoas em suas residências. Aliás, o consumo da Classe Residencial também apresentou crescimento, mesmo que discreto, de 2,26%.

Assembleia Aprova Resultado da Ceriluz e Confirma Repasse de Sobras aos Associados



Assembleia Geral Ordinária seguiu procedimentos de distanciamento social e higienização, garantindo segurança dos participantes em relação ao contágio com o coronavírus.

No dia 05 de maio a Ceriluz realizou sua Assembleia Geral Ordinária (AGO), tendo por local o auditório da Sociedade União Afucoper, com início em terceira chamada, às 16 horas. Os associados presentes aprovaram os números apresentados pela administração, que destacaram um resultado da Ceriluz Distribuição de R\$ 6,9 milhões.

A assembleia aconteceu após transferência de 20 de março para 05 de maio - em razão das restrições impostas pela pandemia do coronavírus - seguindo as recomendações dos órgãos responsáveis e atendendo ao decreto municipal 7.013/2020, em número de pessoas, higienização e distanciamento social. Todos os cuidados foram tomados na realização do evento.

Desconto sobre tarifas de energia

Outra importante decisão da AGO da Ceriluz Distribuição foi o repasse das sobras apuradas, de R\$1,5 milhões, aos associados, na forma de descontos nas tarifas de energia. A decisão referendou uma atitude que estava vigente desde o mês de abril de 2020, estendendo-a até julho do corrente ano.

Na prática a decisão se caracterizava pela concessão de um desconto de 10% sobre as tarifas de energia, favorecendo a todas as classes consumidoras. O objetivo foi minimizar o impacto do custo da energia na economia familiar, considerando a estiagem que provocou perdas para os associados e também as dificuldades impostas pela Pandemia do Coronavírus.

Tarifas Justas Para Associados Viabilizarem suas Atividades

Já há alguns anos as cooperativas de distribuição de energia vêm convivendo com mudanças nas regras vigentes para o setor, que em geral, impactam nas tarifas de energia pagas pelos associados. Entre elas, a retirada de subsídios sobre o valor de compra, que acabam sendo repassadas aos consumidores, para garantir o equilíbrio financeiro das permissionárias. Nesse sentido, uma das principais preocupações da direção da Ceriluz é de sempre buscar iniciativas que consigam segurar os reajustes, sem impactar tanto os associados. A geração de energia por parte das usinas da Cooperativa está embasada nesse conceito de, no futuro, possuir oferta própria de energia, garantindo melhores preços. Contudo, outros mecanismos estão sendo adotados, entre eles, a realização de leilão de energia visando a redução do valor de compra pela concorrência.

Leilão Garante Valor de Compra de R\$ 138,38 o MW, Para Energia Distribuída a Partir de Agosto de 2021

O dia 05 de maio de 2020 foi um dia histórico para a Ceriluz. Na data aconteceu leilão de compra de energia promovido pela Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda. A empresa vencedora do leilão, que garantiu o menor preço de compra, foi a *Electra Comercializadora de Energia Ltda.*, que fornecerá a energia distribuída pela Ceriluz no período de agosto de 2021 a dezembro de 2040, ao preço de R\$138,38 o Megawatts (MW). Uma redução significativa no valor, considerando que o valor atual de aquisição de energia da RGE é de R\$194,00 o MW.

O leilão foi realizado por meio de plataforma digital da *Paradigma Business Solutions* e assessoria da *AlphaInfra Energia*. Além da vencedora, participaram do leilão as empresas *Copel Comercialização SA.* e *Tradener Ltda.*, cujos lances foram apresentados às 10h30 da manhã.

Os leilões são uma alternativa que permissionárias estão adotando para reduzir suas tarifas, uma vez que as ações junto aos órgãos reguladores não vêm surtindo resultados, ao contrário, a retirada de subsídios vem igualando as tarifas às distribuidoras, mesmo as cooperativas atendendo ao público rural, de difícil acesso e maiores distâncias.

Ceriluz Garantiu Redução das Tarifas de Energia aos Associados, no Ano Tarifário 2020/21

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou no dia 28 de julho o reajuste das tarifas de 14 cooperativas com aniversário tarifário em 30 de julho, localizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. Entre elas, a Ceriluz, que conquistou uma tarifa 0,55% menor, na média, em relação a praticada no período tarifário 2019/20. Esse índice final se deu a partir da revisão de - 2,58% para os associados de Alta Tensão e de 1,77% para os de Baixa Tensão. Ao calcular a tarifa a agência reguladora considera a variação de custos que a empresa teve no decorrer do período de referência. A fórmula de cálculo inclui custos típicos da atividade de distribuição, sobre os quais incide a inflação e outros custos como energia comprada de geradoras, encargos de transmissão e encargos setoriais.

Entre os fatores para alcançar o reajuste anunciado pela Aneel, estão a adoção de mecanismos oferecidos pelo governo para reduzir o impacto da Pandemia sobre a realidade financeira da população, aliados aos primeiros reflexos do leilão de compra de energia realizado pela Cooperativa.

Ceriluz Conclui Alimentador que Conectará sua Terceira Subestação às Redes de Distribuição



Equipes da Cooperativa e terceirizadas foram mobilizadas para execução dos desligamentos, com menor impacto às empresas e famílias atingidas pela falta de energia.

A Ceriluz finalizou no dia 23 de agosto a construção de um alimentador que vai interligar a Subestação (SE) Ceriluz 03 ao sistema de distribuição de energia da Cooperativa. A rede, de aproximadamente 4,4 quilômetros de extensão, parte do local da subestação em construção na Linha 01 Leste, anexo à Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Ijuí Centenária, e se estende paralela a RS-155, acessando as ruas Benjamim Barriquelo e Hermann Wasserman até chegar a BR 285, onde se conecta ao sistema de distribuição da Cooperativa. Trata-se de um

alimentador quadruplo, com redes compactas de 185mm, onde uma irá abastecer a região Norte de Ijuí, duas atenderão as empresas e indústrias de grande porte localizadas na área industrial do município e a quarta vai se conectar a SE Ijuí 01 e abastecer a região leste. A obra teve início em março e exigiu aproximadamente R\$1,6 milhões em investimento.

A rede será conectada à Subestação Ceriluz 03, em construção no município de Ijuí, anexa à Casa de Máquinas da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Ijuí Centenária, empreendimento finalizado em dezembro de 2020, pela Ijuí Centenária Geração SPE Ltda., empresa que integra o Grupo Ceriluz. A nova estrutura de transformação de energia está prevista para operar em maio de 2021 e terá uma capacidade instalada de 20/25 Megavolt-ampere (MVA), servindo, inicialmente, para dar vazão à geração de energia da usina, com capacidade instalada de 07 Megawatts (MW). A SE Ceriluz 03 será a terceira subestação rebaixadora da Cooperativa, somando-se às subestações SE Ceriluz 01 – Reinholdo Luiz Kommers, localizada na comunidade de Chorão, em Ijuí, com 22,5 Megavolt-ampere (MVA) instalados, e a SE Ceriluz 02 – Aparício Piccinin, localizada na comunidade de São Jacó, em Santo Augusto, com capacidade de 15 MVA.

A SE Ceriluz 03 será conectada à SE Ijuí 02, da Eletrosul, e interligada à SE Ceriluz 01 – Reinoldo Luiz Kommers, garantindo qualidade no abastecimento de energia da Cooperativa aos seus associados e fortalecendo o sistema regional de distribuição.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. DISTRIBUIÇÃO

A Cooperativa distribui energia elétrica em 24 dos 497 municípios do Estado do Rio Grande do Sul, sendo 3 totalmente e o restante parcialmente. Atendendo aproximadamente 13.997 consumidores.

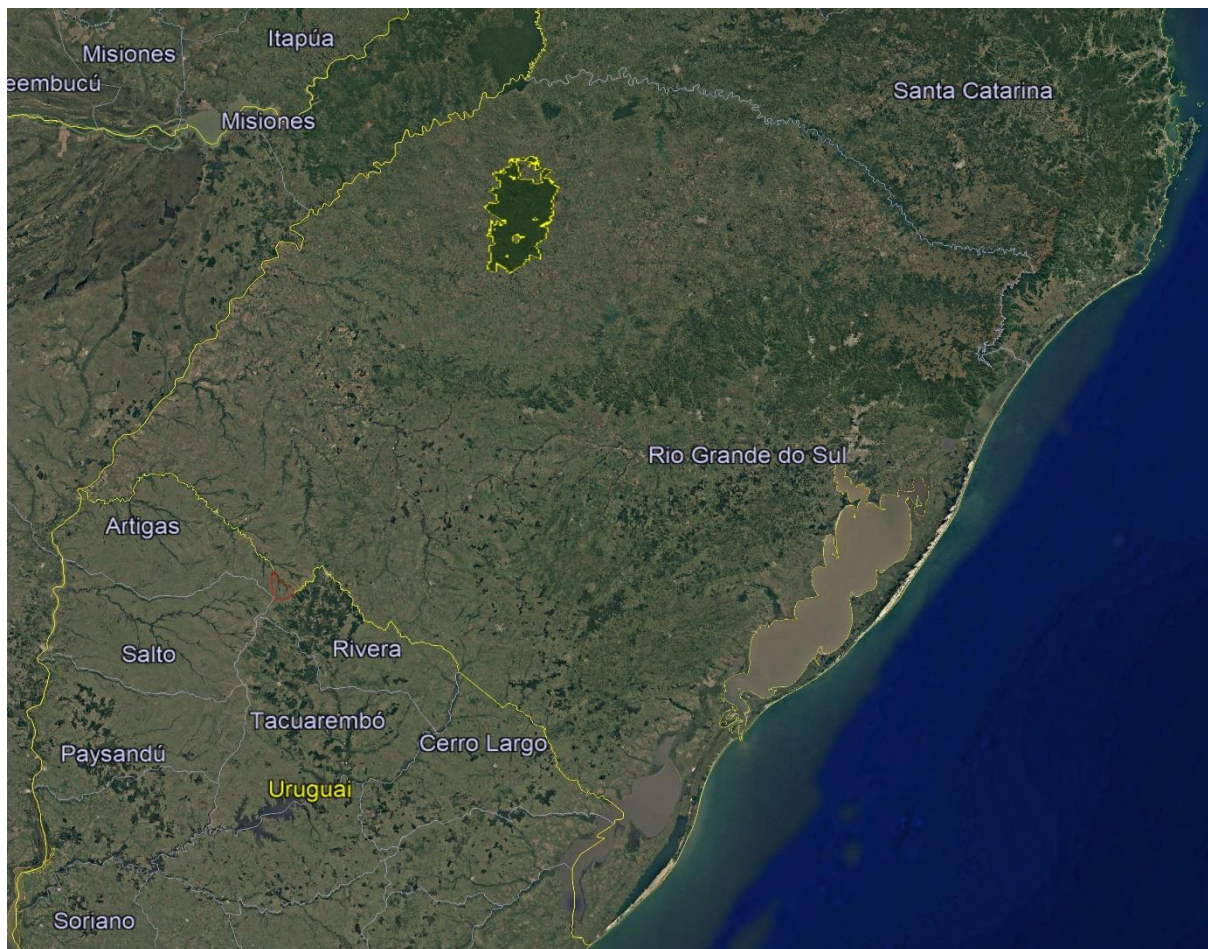


Imagem Google Maps

4.1.2. Ligação de Consumidores

Foram realizadas no ano, 244 novas ligações.

2015	Consumidores	2016	2017	2018	2019	2020
1.464	Residencial	1.540	1.574	1.603	3.931	3.975
678	Comercial	679	696	706	717	713
56	Industrial	58	45	43	54	56
11.047	Rural	11.142	11.109	11.206	8.986	9.190
164	Poderes Públicos	142	137	134	133	136
29	Iluminação Pública	29	29	29	28	28
39	Serviço Público	71	150	150	148	143
13.477	Total	13.661	13.740	13.871	13.997	14.241
	Varição	1,37%	0,58%	0,95%	0,91%	1,74%

4.1.3. Consumidores por Município

Na tabela abaixo estão demonstradas as quantidades de consumidores da Cooperativa distribuídos nos vinte e quatro municípios da área de atuação.

2015	Consumidores Por Município	2016	2017	2018	2019	2020
4.029	Ijuí	4.113	4.139	4.218	4.300	4.441
1.396	Catuipe	1.401	1.400	1.400	1.404	1.399
1.343	Ajuricaba	1.349	1.364	1.361	1.356	1.358
1.552	Augusto Pestana	1.544	1.537	1.562	1.563	1.590
533	Chiapetta	532	536	533	524	530
194	Jóia	193	191	195	194	200
324	Santo Augusto	328	330	331	332	332
1.264	Coronel Barros	1.294	1.336	1.346	1.372	1.388
343	Inhacora	358	351	355	350	353
139	São Valerio do Sul	138	134	132	132	131
3	Cruz Alta	3	3	3	3	3
1.047	Nova Ramada	1.063	1.073	1.080	1.090	1.099
13	Coronel Bicaco	11	12	11	11	11
23	Santo Angelo	24	22	21	21	20
10	Eugenio de Castro	10	10	10	10	10
3	Condor	3	3	2	1	2
274	Boa Vista do Cadeado	276	273	275	281	287
958	Bozano	993	999	1.010	1.029	1.054
4	Entre-Ijuis	4	4	4	3	4
-	São Martinho	-	2	2	2	2
9	Alegria	9	6	6	6	10
5	Independência	5	5	5	4	4
10	Girua	9	9	8	8	12
1	Pejuçara	1	1	1	1	1
13.477	Total	13.661	13.740	13.871	13.997	14.241
	Variação	1,37%	0,58%	0,95%	0,91%	1,74%

4.1.4. Comportamento de Mercado

A Ceriluz registrou um crescimento no fornecimento de energia elétrica no ano de 2020 em relação ao ano de 2019. A Cooperativa totalizou a distribuição de 166 GWh no ano de 2020, número 17,73% superior aos 141 GWh do ano anterior.

2015	Mercado Atendido - GWh	2016	2017	2018	2019	2020
114	Energia Faturada	121	120	127	137	159
114	Fornecimento	121	120	127	137	159
3	Residencial	3	3	4	9	9
12	Comercial	12	12	14	15	14
45	Industrial	47	45	44	47	49
46	Rural	51	51	55	52	64
1	Poderes Públicos	1	1	1	1	1
1	Iluminação Pública	2	2	2	2	2
6	Serviço Público	5	6	7	7	7
-	Suprimento p/ agentes de distr.				4	13
1	Uso da Rede de Distribuição	1	1	2	4	7
1	Consumidores Livres/Dist./Ger.	1	1	2	4	7
-	Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
115	Total	122	121	129	141	166
	Variação	6,09%	-0,82%	6,61%	9,30%	17,73%

4.1.5. Balanço Energético em GWh

Energia Requerida - GWh	2016	2017	2018	2019	2020
Venda de Energia	121	120	127	137	159
- Fornecimento	121	120	127	133	146
- Suprimento p/ agentes de distr.	-	-	-	4	13
Consumidores Livres/Dist./Ger.	1	1	2	4	7
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	122	121	129	141	166
Pernas na Distribuição	9	8	8	8	7
Perdas Totais - PT	9	8	8	8	7
PT / Energia Requerida %	6,7%	6,1%	5,8%	5,5%	4,2%
Total	131	129	137	149	173

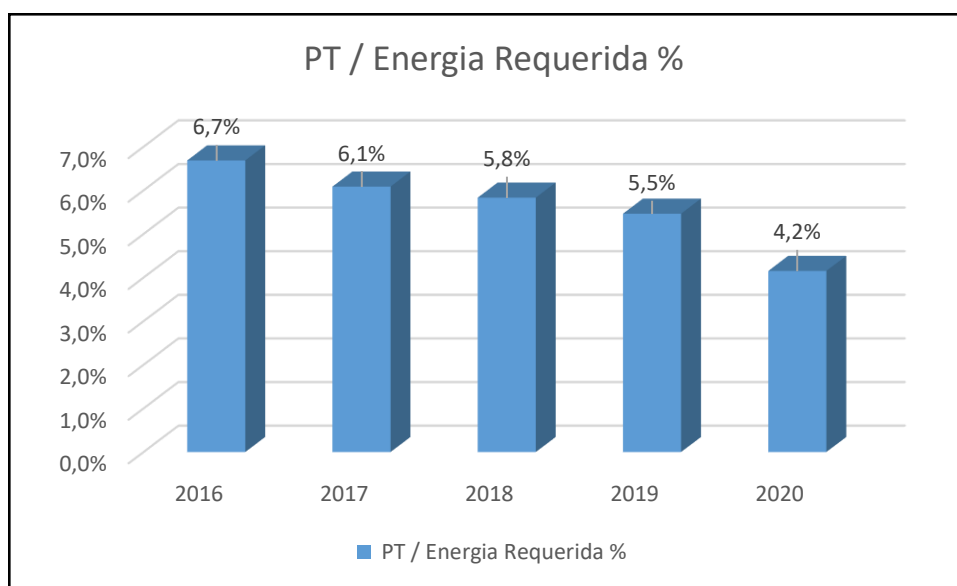
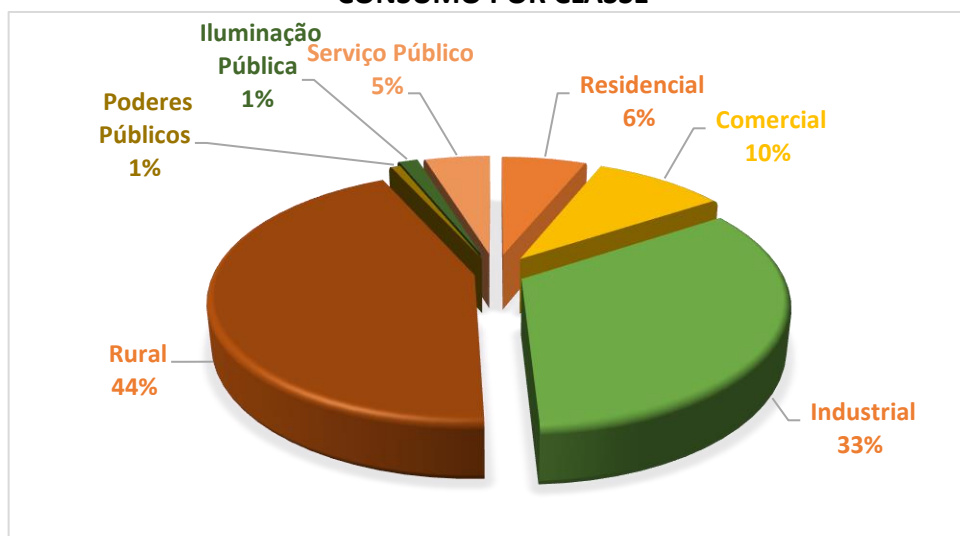


Gráfico: Perdas Totais

A seguir gráfico demonstrando os percentuais do consumo por classe de consumidores no ano de 2020.

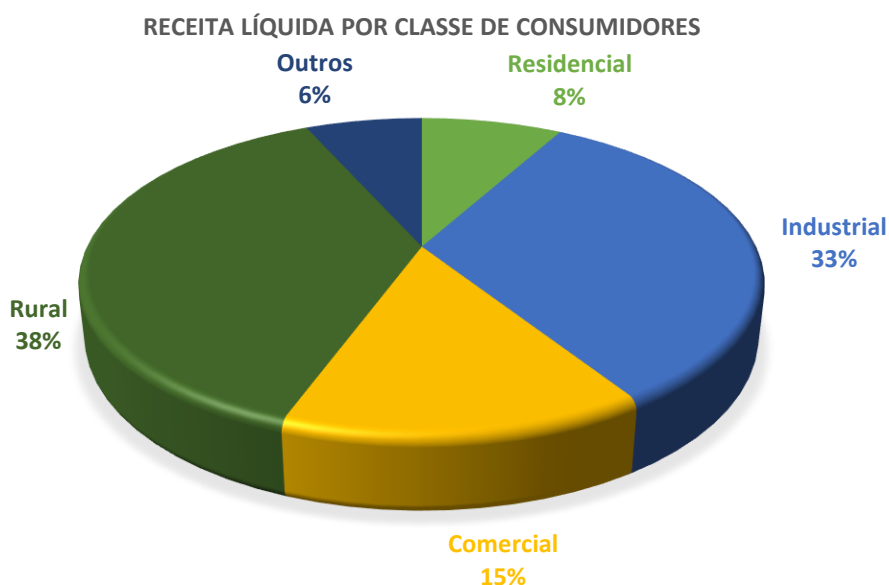
CONSUMO POR CLASSE



4.1.6. Ingressos/ Receita Líquida

Os ingressos/receita recorrente do fornecimento de energia elétrica, (excluindo os impostos e bandeiras tarifárias) importou em 2020 o montante de R\$ 57.110 mil, um aumento de 8% conforme quadro a seguir:

Classe	2020	2019	%
Residencial	4.391	4.240	4%
Industrial	17.515	17.315	1%
Comercial	7.141	7.733	-8%
Rural	24.470	19.879	23%
Outros	3.593	3.507	2%
Total	57.110	52.674	8%



4.1.7. Número de Consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2020 apresentou um crescimento de 1,74% sobre o ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	2020	2019	Δ%
Residencial	3975	3931	1,12
Industrial	56	54	3,70
Comercial	713	717	(0,56)
Rural	9190	8986	2,27
Outros	307	309	(0,65)
Total	14.241	13.997	1,74

4.1.8. Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica atingiu em dezembro de 2020 o valor de R\$ 430,70/MWh, um aumento de 2,02% em relação a dezembro de 2019.

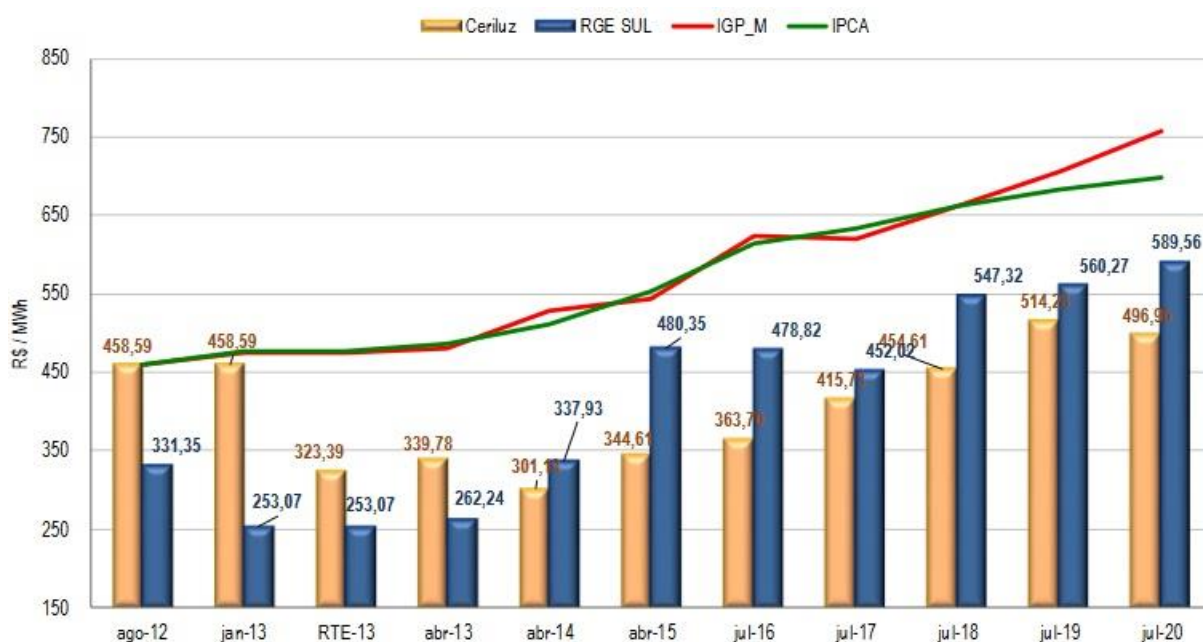
Classe	2020	2019	Δ%
Residencial	487,92	473,20	3,11
Industrial	342,01	360,01	(5,00)
Comercial	510,41	484,86	5,27
Rural	382,46	367,67	4,02
Total	430,70	421,43	2,20

4.1.9. Reajuste Tarifário Anual

É um dos mecanismos de atualização do valor da energia paga pelo consumidor, aplicado anualmente, de acordo com fórmula prevista no contrato de Permissão. Seu objetivo é restabelecer o poder de compra da Permissionária. Para aplicação da fórmula de reajuste são repassadas as variações dos custos de Parcela A que são aqueles em que a distribuidora tem pouca ou nenhuma gestão. Por contrato, são os custos relacionados à compra de energia elétrica para atendimento de seu mercado, o valor da transmissão dessa energia até a área da distribuidora e os encargos setoriais.

No reajuste, os custos com a atividade de distribuição, esses sob completa gestão da distribuidora e definidos como Parcela B são corrigidos por um índice de inflação, no contrato de permissão da CERILUZ esse índice é o IPCA. Os itens de Parcela B são, basicamente, os custos operacionais das distribuidoras e os custos relacionados aos investimentos por ela realizados, além da quota de depreciação de seus ativos e a remuneração regulatória, valores que são fixados pela ANEEL na época da revisão tarifária.

O Gráfico a seguir mostra a evolução da tarifa B1 - Residencial da Permissionária nos últimos 8 anos e as variações do IGP-M e do IPCA no mesmo período, bem como as tarifas de sua supridora.



Em 28 de Julho de 2020 a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, através da Resolução Homologatória nº 2.732/20209 homologou o último reajuste tarifário anual da CERILUZ, que correspondeu aos efeitos tarifários médios de R\$ 0,55%, sendo -2,58% para Alta Tensão e 1,77% para Baixa Tensão. Os resultados do reajuste

tarifário são detalhados pela nota técnica SGT/ANEEL Nº 127/2020 de 22 de julho de 2020 e estão apresentados da seguinte forma:

Processo tarifário	DRA (R\$)	DRP (R\$)	Variação	Participação no processo tarifário	Participação na Receita
ENCARGOS SETORIAIS	8.990.362,23	9.058.179,19	0,75%	0,08%	10,61%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	163.730,99	157.257,43	-3,95%	-0,01%	0,18%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	7.478.095,18	7.820.567,72	4,58%	0,43%	9,16%
PROINFA	1.348.536,06	1.080.354,04	-19,89%	-0,34%	1,27%
ENERGIA COMPRADA	28.553.745,58	31.782.214,76	11,31%	4,04%	37,23%
Energia	28.553.745,58	31.782.214,76	11,31%	4,04%	37,23%
TRANSPORTE DE ENERGIA	9.208.400,94	11.579.813,43	25,75%	2,97%	13,57%
Rede Básica	1.619.464,38	1.988.026,80		0,46%	2,33%
Rede Básica Fronteira	2.013.708,58	2.902.736,40		1,11%	3,40%
Conexão	531.522,48	1.267.527,21	138,50%	0,92%	1,48%
Uso do sistema de distribuição	5.043.705,50	5.421.523,03	7,49%	0,47%	6,35%
Total de Parcela A	46.752.508,75	52.420.207,38	12,12%	7,10%	61,41%
Total de Parcela B	33.121.662,52	32.942.382,22	-0,54%	-0,22%	38,59%
Variação econômica				6,87%	
COMPONENTES FINANCEIROS				Participação	
Repasso de PIS COFINS		2.829.751,45		3,54%	
Neutralidade Encargos Setoriais		(831.579,81)		-1,04%	
Ajuste CUST + PISCONFINS Transmissão		335.403,57		0,42%	
Compensação DIC FIC		(56.651,98)		-0,07%	
Subvenção CDE		(15.476.860,85)		-19,38%	
Retenção de Adicionais de Bandeiras Tarifárias		(1.463.117,04)		-1,83%	
Covid Parcela B		-960.532,00		-1,20%	
Diferimento de energia		-5.809.530,76		-7,27%	
Total Financeiros		21.433.117,42		-26,83%	
Variação econômica e financeira				-19,96%	
Retirada dos componentes financeiros relativos ao processo anterior				16,75%	
Efeito da alteração dos descontos tarifários subsidiados pela CDE				2,66%	
Efeito médio a ser percebido pelos Consumidores				-0,55%	

4.1.10. Bandeiras Tarifárias

Desde o ano de 2015, as contas de energia passaram a incluir o Sistema de Bandeiras Tarifárias, que apresenta as seguintes modalidades: verde, amarela e vermelha, as mesmas cores dos semáforos e indicam se haverá ou não acréscimo no valor da energia a ser repassada ao consumidor final, em função das condições de geração de eletricidade. Cada modalidade apresenta as seguintes características:

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,01343 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;

Bandeira vermelha - Patamar 1: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,04169 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

Bandeira vermelha - Patamar 2: condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,06243 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

Aplicam-se às Bandeiras os mesmos tributos incidentes sobre as tarifas.

Anualmente, ao final do período úmido (abril), a ANEEL define o valor das Bandeiras Tarifárias para o ciclo seguinte, considerando a previsão de variação dos custos da energia relativos ao risco hidrológico das usinas hidrelétricas, à geração por fonte termelétrica, à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo

e aos encargos setoriais (Encargo de Serviços do Sistema – ESS e Encargo de Energia de Reserva) que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

4.1.11. Qualidade do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor).

Os indicadores de qualidade são índices que permitem que a cooperativa monitore e avalie a qualidade da energia fornecida para os associados de sua área de atuação. Os indicadores DEC e FEC permitem verificar o tempo e a frequência média, respectivamente, em que houve falha no fornecimento de energia para cada consumidor da cooperativa.

Ano	DEC (horas)	FEC (interrupções)	TMA Tempo Médio de Atendimento (horas)
2020	10,31	8,98	1,72
2019	14,81	11,03	1,5
2018	13,8	11,39	1,49
2017	13,53	10,82	2,04
2016	14,43	9,53	1,73

A figura 1 mostra o comportamento do indicador DEC, que verifica o tempo médio que cada consumidor ficou sem energia ao longo dos últimos anos.

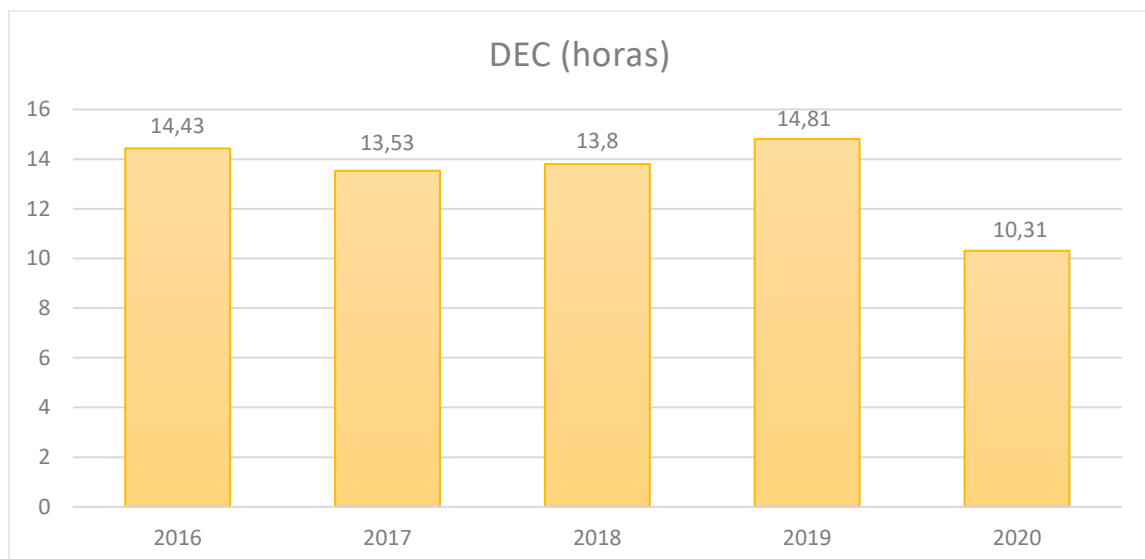


Figura 1 - Comportamento do DEC

Já a figura 2 traz o comportamento do indicador FEC, que mostra em média a frequência que cada consumidor ficou sem energia ao longo dos últimos anos.

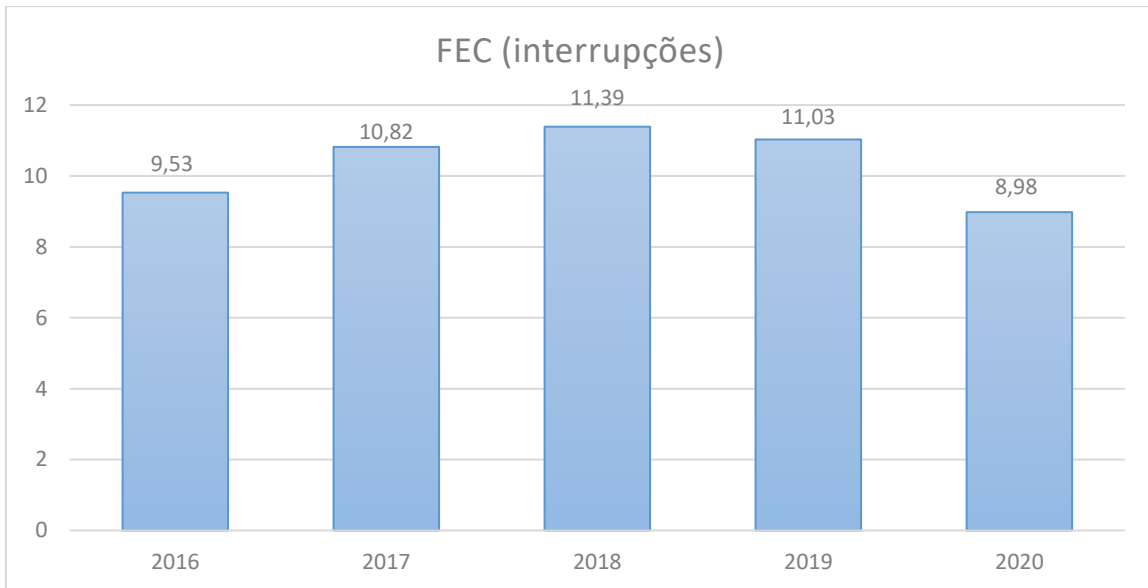


Figura 2 - Comportamento do FEC

Na área da qualidade do serviço prestado podemos citar os indicadores que medem a eficiência das equipes de plantão no atendimento das ocorrências emergenciais, sejam elas, com ou sem interrupção no fornecimento de energia. Nesta categoria o principal indicador é o TMA, que mede o tempo médio de atendimento das ocorrências emergenciais desde o momento do cadastro da mesma junto a cooperativa até a resolução do problema. O gráfico da figura 3 mostra o comportamento deste indicador ao longo dos últimos anos.

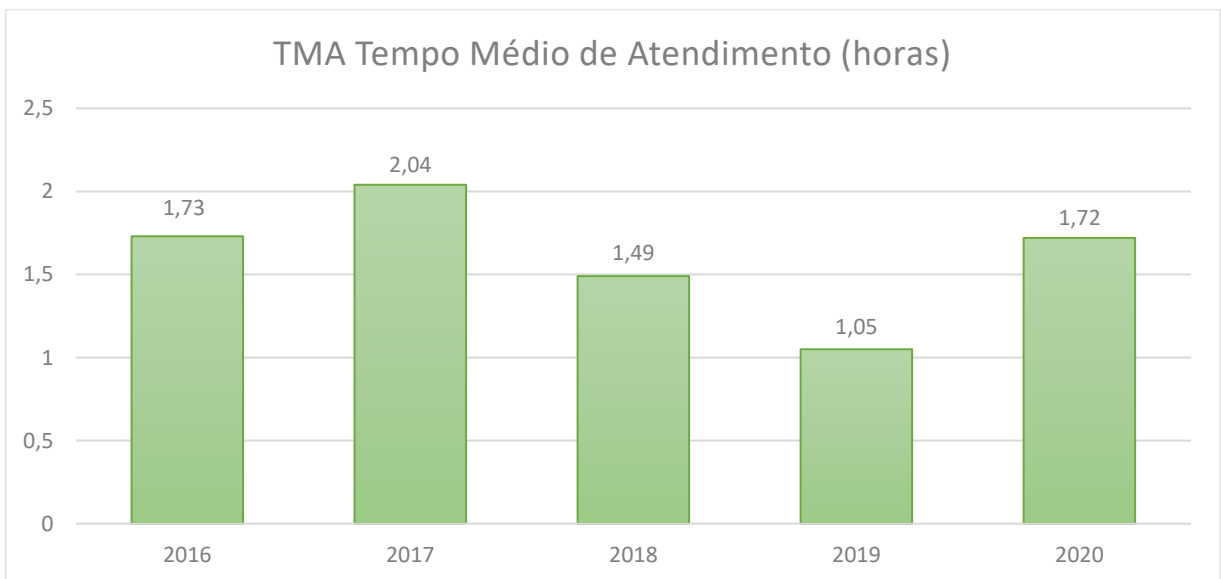


Figura 3: Comportamento do TMA

4.1.12. Atendimento ao Consumidor

A Ceriluz disponibiliza aos seus associados diversos canais de comunicação, entre eles está o atendimento telefônico, com atendimento 24 horas, pelos telefones 0800 51 3130 e 0800 040 1010, através deles são feitas gratuitamente todas as ligações, reclamações e demais contatos com a cooperativa. O associado também pode comparecer presencialmente na Sede da Cooperativa, localizada em Ijuí, ou em nossos escritórios nas cidades de Catuípe e Ajuricaba. Ainda, pode acessar o site www.ceriluz.com.br para obter maiores informações sobre a sua fatura de energia, desligamentos programados, entre outros. As solicitações de indenizações por danos obtiveram aumento em 2020, o número passou de 64 em 2019 para 71 em 2020, representando 10,94%, dessas solicitações, 30 foram procedentes em 2019 e 23 em 2020, redução de 23,33%.

Em relação aos serviços comerciais, como faturas de energia, projetos, alterações em caixas de medição e aumento de carga instalada, apresentou um aumento de 15,33% em atendimentos realizados, sendo 2941 em 2019 e 3392 em 2020. Os atendimentos fora do prazo, tiveram um aumento de 83,33% e a eficiência no atendimento passou de 99,79% para 99,70%.

O número de reclamações de consumidores encaminhadas para a Empresa reduziu em 12,24%, além disso tivemos 2 reclamações à ANEEL 3 ao PROCOM.

	2020	2019	%
Satisfação do Cliente			
Índice de Satisfação IASC	*	89,26%	0,00%
Índice de Satisfação do tratamento das reclamações	95,30	95,60	-0,31%
Índice de Satisfação da Prestação dos Serviços	95,40	95,00	0,42%
Atendimento ao Cliente			
Call Center	18457	21867	-15,59%
Chamadas Recebidas (unid)	22567	35732	-36,84%
Número Médio de Atendentes (unid)	2	8	-70,88%
INS Índice de Nível de Serviço (%)	87,62%	81,70%	7,25%
lab - Índice de Abandono (%)	4,82%	8,30%	-41,93%
TMA - Tempo Medio de Atendimento (s)	135,00	156,00	-13,46%
Indenização por Danos			
Volume de solicitações (unid)	71	64	10,94%
Procedentes (unid)	23	30	-23,33%
Indicadores de Reclamações			
Reclamações Procedentes	78	66	18,18%
DER (horas)	63,40	69,38	-8,62%
FER (unid)	0,50	0,30	66,67%
Violações de prazos de serviços comerciais			
Atendimentos realizados (unid)	3392,00	2941,00	15,33%
Atendimentos realizados fora do prazo (unid)	11,00	6,00	83,33%
Eficiência do atendimento (%)	99,70%	99,79%	-0,09%
Numero de reclamações de consumidores encaminhadas			
À Empresa	423,00	482,00	-12,24%
À ANEEL	2,00	3,00	-33,33%
Ao PROCON	3,00	2,00	50,00%
À Justiça	0,00	1,00	-100,00%
Indicadores Ambientais			
Rede BT Protegida Isolada na área urbana (em km)	27,01	21,79	23,96%
Percentual da rede protegida isolada BT / total da rede de distribuição BT na área urbana.	50,48	40,83	23,63%
Rede MT Protegida Isolada na área urbana (em km)	23,91	10,23	133,72%
Percentual da rede MT protegida isolada / total da rede de distribuição na área urbana.	31,89	14,55	119,18%

* O índice de satisfação do cliente IASC do ano de 2020 ainda não foi divulgado

4.1.13. Frota

A frota da cooperativa sofre constante manutenção e substituição. No ano de 2020 foram gastos em manutenção 660 mil reais valor 4% superior a 2019. Porém não foram substituídos veículos durante esse ano.

Veículos	2020	2019
Caminhões	5	5
Picapes	15	15
Veículos de Passeio	6	6
Total	26	26

4.1.14. Tecnologia da Informação

O ano de 2020 foi marcado por muitas melhoras na área de tecnologia da informação. Dentre elas grande parte foram em serviços para melhor atendimento aos nossos associados devido a demanda por um atendimento menos presencial. Nesse sentido foram implementadas novas ferramentas de contato com nossos associados, como WhatsApp, Instagram, Facebook e Chat Online através do novo site.

Antes de destacarmos as novidades, gostaríamos de salientar o que já temos em termos de tecnologia para os nossos associados. A Agência Virtual é o meio pelo qual o associado acessa e consulta as faturas e visualiza o histórico de consumo, tudo através da internet utilizando um computador ou smartphone. Entre os serviços fornecidos pela Agência Virtual, se tem:

- Segunda via da fatura;
- Registrar reclamações;
- Consulta de débitos;
- Histórico de consumo;
- Solicitar serviços;
- Entre outros.

Temos interligados os escritórios de Catuípe e Ajuricaba com acesso remoto aos sistemas da Ceriluz, possibilitando o atendimento do associado nas respectivas cidades, sem a necessidade de deslocamento à Ijuí.

Também em sua sede em Ijuí, a cooperativa disponibiliza acesso Wifi aos associados em toda sua dependência, inclusive nas Usinas onde muitas vezes recebe visitantes associados e alunos de escolas da região.

Melhorias Realizadas no Ano de 2020

O desenvolvimento das diversas áreas de negócio da cooperativa depende indiscutivelmente de boas soluções na área de tecnologia da informação, a qual dá suporte aos colaboradores em suas atividades, para que o atendimento ao associado tenha qualidade e agilidade. Essas tecnologias se fazem presente mediante aos sistemas de informações, nossos softwares, redes de computadores e o atendimento ao consumidor, através de processamento de informações, suporte e infraestrutura.

Neste ano de 2020, devido a demanda por atendimento menos presencial, tanto pelos associados como para alguns colaboradores que tiverem que trabalhar via home office, foi necessário disponibilizar diferentes ferramentas de acesso para os associados e para os colaboradores.

Assim sendo, as principais atividades desenvolvidas no âmbito tecnológico da Ceriluz são as que seguem:

Novo Site: com o aumento do número de associados ligados à internet da Ceriluz e a alta adesão de novos pedidos de instalações de fibra ótica no interior, exigiu uma nova plataforma de acesso às notícias e informações para os associados. Então um novo site foi construído com tecnologias modernas, interface limpa e de fácil acesso fornecendo assim a possibilidade de realizar via site os atendimentos Online.

Ferramentas On Line de Atendimento: com a inauguração do novo site, e a demanda por atendimentos remotos foi adquirido uma ferramenta de gerenciamento de atendimento via redes sociais como WhatsApp, Facebook

Messenger, Instagram Direct e através de chat online pelo site. Tudo centralizado em uma única tela onde os colaboradores recebem as notificações e realizam o atendimento.

Acesso Remoto: devido a pandemia, alguns colaboradores que estavam dentro grupo de risco ou que vieram a adquirir a doença, puderam trabalhar de casa no formato home office. Para que isso fosse possível necessitamos aumentar os recursos computacionais de nosso servidor remoto, e fornecer acesso a esses colaboradores de forma pública, exigindo assim um gerenciamento e regras de segurança rígidas para não comprometer o servidor.

Início de Adequação à LGPD: neste ano entrou em vigor a lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Neste sentido, a Ceriluz preocupada com sua responsabilidade com os dados dos associados, realizou reunião, e treinamento para alguns colaboradores, dando início a adequação. Foram implantados avisos de privacidade no site em relação aos atendimentos e formulários online, bem como o uso de cookies. Também foi elaborado plano emergencial de adequação.

Novo Painel Videowall Para o Centro de Operação da Distribuição: foi adquirido software para controle do Videowall, servidores e NVRs para armazenamento e gerenciamento das imagens. Isso permite um melhor acompanhamento das equipes, e das usinas através das câmeras.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

5.1. Análise do Resultado

Em 2020, a sobra foi de 7,523 milhões, contra R\$ 6,958 em 2019, um crescimento de 8,1 %. As Receitas de Fornecimento, Suprimento e Uso da Rede, aumentaram em R\$ 2,427 milhões, o que representa um acréscimo de 3,4% em relação ao ano anterior. O referido acréscimo tem origem no suprimento de energia e Uso da Rede, já o fornecimento de energia Elétrica teve uma redução de 12%.

As outras receitas operacionais tiveram um aumento de R\$ 8,535 milhões, esse aumento ocorreu no registro da ICPC01 – Receita de Construção, pois os investimentos em construções de redes e subestações atingiram o montante de R\$ 15,124 milhões.

Os custos não gerenciáveis – Parcela A tiveram um aumento de 5,9%. Enquanto o custo da energia comprada foi R\$ 653 mil superior ao ano anterior, os custos com encargos de transmissão, conexão e distribuição aumentaram R\$ 1,931 milhões.

Os Custos Gerenciáveis – Parcela B totalizaram no período R\$ 37,441 milhões, 31,9% superior ao ano de 2019 que registraram R\$ 28,384 milhões.

5.2. Variações Patrimoniais

Em 2020 o patrimônio da cooperativa aumentou em R\$ 23,354 milhões, tendo passado de R\$ 87,289 milhões em 2019 para R\$ 110,643 milhões em 2020, o que corresponde um aumento de 26,8%.

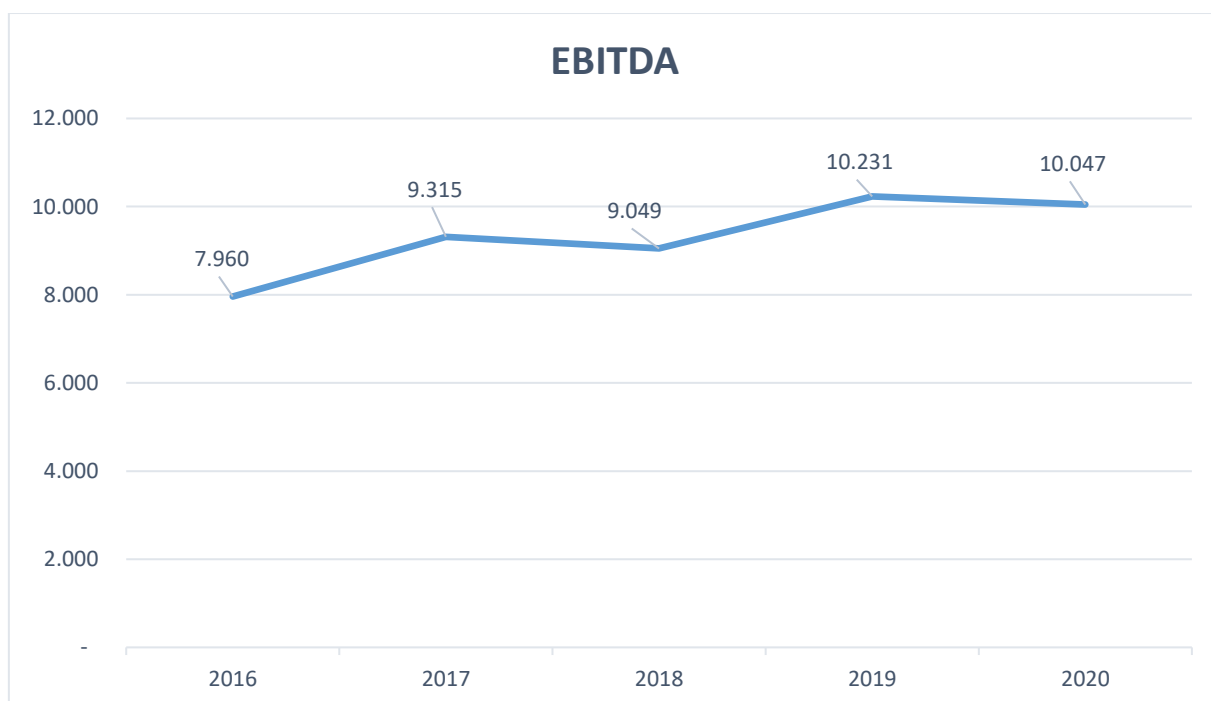
No ativo, a maior variação ocorreu na conta Caixa e Equivalentes de caixa, devido a um empréstimo solicitado nos últimos meses do ano ainda não ter sido usado.

No passivo, a conta fornecedores teve um acréscimo de 777 mil, devido a compra de materiais para uma subestação em construção, mas as maiores variações ocorreram nas contas de empréstimos e financiamentos devido a contratação de empréstimo de R\$ 10,000 milhões para término da subestação e construção do auditório da cooperativa.

Os passivos regulatórios também tiveram um aumento expressivo em 2020 devido ao empréstimo da Conta Covid recebido pela cooperativa, esses valores devem ser utilizados na modicidade tarifária.

DEMONSTRAÇÃO DO CÁLCULO DO EBITDA	2020	2019	%
Receita Operacional Líquida	76.535	73.437	4%
(-) Custo do Serviço de Energia Elétrica	(83.652)	(72.011)	16%
(-) Outras Despesas Operacionais	(1.137)	(974)	17%
(+) Outra Receitas Operacionais	15.268	6.734	127%
Resultado da Atividade ou EBIT	7.014	7.186	-2%
(+) Depreciação e Amortização	3.033	3.045	0%
EBITDA	10.047	10.231	-2%
Margem EBITDA (%)	13	14	-6%

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 10,047 milhões, inferior em 2% a 2019, que foi de R\$ 10,231 milhões, conforme evolução abaixo.



5.3. Investimentos

Em 2020, os investimentos da cooperativa, importaram em 15,124 milhões, 142% superiores em relação a 2019, dos quais 6,240 milhões foram realizados em ativos elétricos da Atividade de Distribuição.

5.4. Captações de Recursos

Para a execução dos investimentos previstos para o exercício, a Cooperativa captou um total de R\$ 10,000 milhões junto à Caixa Federal e R\$ 5,763 milhões da Conta Covid Junto a CCEE.

5.5. Valor Adicionado

Em 2020, o valor adicionado líquido, gerado como riqueza, foi de R\$ 34,406 milhões, representando 35,40 % dos ingressos/ Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



5.6. Planejamento Empresarial

A Ceriluz planeja suas metas e objetivos organizacionais, traçando estratégias e métodos para garantir aos associados a confiabilidade, estabilidade, serviços eficientes e com segurança, atuando de forma planejada, visando assegurar a disponibilidade de energia com qualidade para a demanda crescente cumprindo as tarifas homologadas pela Aneel.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo profissionalismo e comprometimento com que têm desempenhado seu papel. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho de todo quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Cooperativa.

Ijuí – RS, 31 dezembro de 2020
A Administração

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

6.1. BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

(Valores em Milhares de Reais)

ATIVO	Notas	2020	2019
CIRCULANTE		37.012	26.597
Caixa e equivalentes de caixa	7	16.842	7.895
Consumidores	8	10.209	9.677
Concessionárias e permissionárias	8	206	175
Serviços em curso	9	600	846
Tributos compensáveis	10	891	584
Depósitos judiciais e cauções	11	405	278
Almoxarifado operacional	12	773	648
Investimentos temporários	13	42	29
Ativos regulatórios	14	3.503	2.995
Despesas pagas antecipadamente	15	68	61
Outros ativos circulantes	16	3.473	3.409
NÃO CIRCULANTE		73.631	60.692
Tributos compensáveis	10	1.513	716
Depósitos judiciais e cauções	11	76	61
Outros ativos não circulantes	17	7.831	5.422
Bens e atividades não vinculadas a concessão	18	105	101
Imobilizado	19	2.953	2.844
Intangível	19	61.153	51.548
TOTAL DO ATIVO		110.643	87.289

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
CNPJ: 87.656.989/0001-74
6.2. BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO
(Valores em milhares de Reais)

PASSIVO	Notas	2020	2019
CIRCULANTE		15.518	11.423
Fornecedores	20	3.113	2.336
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	946	255
Obrigações sociais e trabalhistas	22	2.085	1.948
Tributos e Contribuições Sociais a Recolher	23	687	637
Encargos setoriais	25	1.466	1.418
Passivos regulatórios	26	2.311	1.386
Outros passivos circulantes	27	4.910	3.443
NÃO CIRCULANTE		24.099	10.823
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	9054	890
Provisão para litígios	24	4.086	4.086
Passivos regulatórios	26	4322	0
Outros passivos não circulantes	28	22	22
Obrigações vinculadas a permissão	29	6.615	5.825
TOTAL DO PASSIVO		39.617	22.246
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30		
Capital social		7.444	7.442
Reservas de capital		568	568
Outros resultados abrangentes		4.988	5.730
Reservas de sobras		56.251	49.761
Sobras à disposição da Assembleia		1.775	1.542
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		71.026	65.043
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		110.643	87.289

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

6.3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E DESTINAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO
(Valores em Milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE	2.020	2019
RECURSOS		
Resultado do Período	7.523	6.958
Demais Resultados	1.622	1.316
Realização de Reservas Reavaliação	525	556
Reversão da Baixa da Reavaliação	218	206
Reversão do Fundo de Assistencia Técnica Educacional - FATES	879	554
Resultado do Exercício Abrangente	9.145	8.274
DESTINAÇÕES		
Destinações de Caráter Fiscal	267	567
Fates/Rates (Art. 87 da lei 5764/71)	267	567
Destinações de Caráter Legal - Estatutárias	7.102	6.165
Reserva Legal 45% - Artigo 47	3.995	3.468
Rates - 5% - Artigo 47	444	385
Reserva Manutenção Redes 30% - Artigo 47	2.663	2.312
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	1.776	1.542

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
CNPJ: 87.656.989/0001-74
6.4. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL
(Valores em Milhares de Reais)

CONTAS MUTAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE SOBRAS	SOBRAS E/OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31.12.2018	6.648	568	6.492	43.583	1.467	58.758
Destinação Conforme A.G.O	-	-	-	-	(1.467)	(1.467)
Realização do Capital	794	-	-	-	-	794
Realização de Reavaliação (Baixa)	-	-	(206)	-	206	-
Realização de Reavaliação	-	-	(556)	-	556	-
Realização do FATES	-	-	-	(554)	554	-
Sobra do Exercício	-	-	-	-	6.958	6.958
Destinação Estatutária Reserva Legal	-	-	-	3.468	(3.468)	-
Destinação Estatutária Fates	-	-	-	385	(385)	-
Destinação Estatutária Reserva Manut. Redes	-	-	-	2.312	(2.312)	-
Destinação Fiscal FATES	-	-	-	567	(567)	-
Saldo em 31.12.2019	7.442	568	5.730	49.761	1.542	65.043
Destinação Conforme A.G.O	-	-	-	-	(1.542)	(1.542)
Realização do Capital	2	-	-	-	-	2
Realização de Reavaliação (Baixa)	-	-	(218)	-	218	-
Realização de Reavaliação	-	-	(525)	-	525	-
Realização do FATES	-	-	-	(879)	879	-
Sobra do Exercício	-	-	-	-	7.523	7.523
Destinação Estatutária Reserva Legal	-	-	-	3.995	(3.995)	-
Destinação Estatutária Fates	-	-	-	444	(444)	-
Destinação Estatutária Reserva Manut. Redes	-	-	-	2.663	(2.663)	-
Destinação Fiscal FATES	-	-	-	267	(267)	-
Saldo em 31.12.2020	7.444	568	4.987	56.251	1.776	71.026



ILOIR DE PAULI
 PRESIDENTE
 CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
 CONTADOR/CRC-RS 079358
 CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

6.5. DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

(Valores em Milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Notas	2020	2019
Receita / Ingresso	32	97.164	94.132
Fornecimento de energia elétrica		34.719	39.434
Suprimento de energia elétrica		1.870	1.306
Disponibilização do sistema de distribuição		36.268	29.690
Ativos e Passivos Regulatórios		1527	810
Serviços cobráveis		8	9
Doações, contrib. e subvenções		22.772	22.883
Tributos	33	(12.568)	(13.361)
ICMS		(11.837)	(12.037)
PIS-PASEP		(130)	(236)
COFINS		(601)	(1.088)
Encargos - Parcela "A"	34	(8.061)	(7.334)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(7.218)	(5.345)
Taxa de Fiscalização - TFSEE		(154)	(146)
Outros encargos		(689)	(1.843)
Receita líquida / Ingresso líquido		76.535	73.437
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	35	(46.211)	(43.627)
Energia elétrica comprada para revenda		(34.967)	(34.314)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(11.244)	(9.313)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		30.324	29.810
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	36	(37.441)	(28.384)
Pessoal e administradores		(11.541)	(11.380)
Material		(2.600)	(3.218)
Serviços de terceiros		(3.812)	(3.061)
Arrendamentos e aluguéis		(46)	(39)
Seguros		(11)	(79)
Provisões		(9)	(3)
(-) Recuperação de despesas		268	408
Tributos		(56)	(75)
Depreciação e amortização		(3.033)	(3.045)
Gastos diversos		(16.601)	(7.892)
Outras receitas operacionais	37	15.268	6.734
Outras despesas operacionais	38	(1.137)	(974)
Resultado da Atividade		7.014	7.186
Resultado Financeiro		611	28
Despesas financeiras		(144)	(653)
Receitas financeiras		755	681
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		7.625	7.214
Contribuição social		(33)	(74)
Imposto de renda		(69)	(182)
Resultado líquido do exercício		7.523	6.958

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

6.6. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

(Valores em Milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2020	%	2019	%
1. Receitas	112.433		100.867	
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	74.384		71.240	
Receita c/ Construção	15.124		6.240	
Outras receitas (ativos não circ. e ativos constr. para uso próprio)	22.925		23.387	
2. Insumos Adquiridos de Terceiros	70.215		58.560	
Custo c/ Construção	15.124		6.240	
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	46.212		43.626	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	8.879		8.694	
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	42.218		42.307	
4. Depreciação, amortização e exaustão	3.033		3.045	
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO PELA EMPRESA (3-4)	39.185		39.262	
6. Valor Adicionado Recebido em Transferência	755		681	
Receitas financeiras, aluguéis e royalties	755		681	
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	39.940		39.943	
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	9.179	22,98%	9.090	22,76%
Remuneração direta	6.723	16,83%	6.429	16,09%
Benefícios	1.635	4,09%	1.908	4,78%
Encargos Sociais - F.G.T.S. e PIS Folha	821	2,06%	753	1,89%
Impostos, taxas e contribuições	23.095	57,82%	23.242	58,19%
Federais	11.258	28,19%	11.205	28,06%
Estaduais	11.836	29,63%	12.036	30,13%
Municipais	1	0,00%	1	0,00%
Remuneração de capitais de terceiros	144	0,36%	653	1,63%
Juros	144	0,36%	653	1,63%
Remuneração de capitais próprios	7.522	18,83%	6.958	17,42%
Lucros retidos	7.522	18,83%	6.958	17,42%
9. TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	39.940	100%	39.943	100%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

6.7. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC – MÉTODO DIRETO

(Valores em milhares de reais)

	2.020	2.019
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
(+) Arrecadação Venda de Energia	46.335	43.804
(+) Arrecadação TUSD Consumidores Livres	34.397	29.690
(+) Arrecadação Venda para Suprimento de Energia	1.870	1.306
(+) Serviço Taxado	8	9
(+) Recebimento de Subvenção Baixa Renda	22.751	22.924
(+) Outros Recebimentos Operacionais	33	766
(-) Fornecedores - Materiais e Serviços	(20.617)	(18.803)
(-) Fornecedores - Energia Elétrica	(38.716)	(38.379)
(-) Salários e Encargos Sociais	(12.420)	(12.276)
(-) Tributos sobre a Receita - Federais	(785)	(1.092)
(-) Tributos sobre a Receita - Estaduais	(10.720)	(10.845)
(-) Tributos sobre o Lucro (IRPJ/CSLL)	(80)	(196)
(-) Encargos de Transmissão	(5.653)	(4.140)
(-) Demais Encargos Regulatórios	(7.422)	(6.116)
(-) Outras Despesas Operacionais	(3.122)	(2.100)
(-) Impostos, taxas e contribuições	(381)	(295)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	5.478	4.257
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
(+) Alienação de Imobilizado	204	509
(+) Recebimento Líquido de Receitas Financeiras de Aplicações Financeiras	193	230
(+) Resgates/ Recebimentos de Ativos Financeiros - Amortização e Juros	-	-
(-) Saque para Aplicações em Ativos Financeiros	(13)	(15)
(-) Aquisição Bruta de Imobilizado	(12.401)	(4.494)
(+) Participação Financeira do Consumidor em Obras	848	616
(-) Aquisição e Aumento de Participações Societárias e AFAC's em Empresas Ligadas	-	(30)
(-) Outras Movimentações de Investimentos	-	-
Caixa Líquido Provenientes das Atividades de Investimentos	(11.169)	(3.184)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
(+) Empréstimos e Financiamentos Obtidos – Curto Prazo	946	200
(+) Empréstimos e Financiamentos Obtidos – Longo Prazo	14.817	800
(-) Serviço da Dívida a Empresas Não Relacionadas - CP	(1.125)	(821)
(-) Serviço da Dívida a Empresas Não Relacionadas - LP	-	(41)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	14.638	138
Caixa Líquido Gerado no Período	8.947	1.211
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.895	6.684
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	16.842	7.895
Variação das contas Caixa e Equivalentes a Caixa	8.947	1.211

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRÍCIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

7. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

Nota 1 - Contexto Operacional

A Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda. – Ceriluz Distribuição é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, fundada em 20 de agosto de 1966, com sede na cidade de Ijuí, estado do Rio Grande do Sul e tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e social da sua área de atuação, através dos serviços de distribuição de energia elétrica, prestação de outros serviços aos seus associados e estímulo à prática de novas atividades rurais, mediante o emprego de modernos processos tecnológicos e racionalização dessas atividades.

A entidade é regida pelo estatuto e pelas disposições legais em vigor. Na condição de permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, como área de ação, para efeito de admissão de associados e prestação de serviços a que se propõe, todas as localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

A cooperativa possui 14.241 consumidores.

Nota 2 – Contratos de Permissão

A Cooperativa CERILUZ-DISTRIBUIÇÃO, em 27 de maio de 2010, firmou o contrato de permissão de serviço público de distribuição de Energia Elétrica com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 036/2010 com prazo de vencimento previsto para maio de 2040, com possibilidade de prorrogação por mais 30 anos, a critério do poder concedente.

De acordo com o estabelecido no Contrato de Permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, as tarifas são reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas a cada 4 anos.

Tanto os reajustes como as revisões possuem critérios e metodologias próprias, as quais são definidas pelo órgão regulador ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. A ANEEL estabelece uma tarifa diferente para cada agente (concessão ou permissão) de distribuição de energia em função das particularidades de cada distribuidora e o seu mercado.

As tarifas de energia elétrica devem permitir ao agente uma receita/faturamento suficiente para cobrir seus custos operacionais eficientes, remunerar os investimentos realizados, permitindo sua expansão e o equilíbrio econômico e financeiro da permissão. O Contrato também prevê que a permissionária deve ter estrutura apropriada e condizente com seu mercado, distribuindo uma energia dentro dos padrões técnicos definidos.

Nota 3 – Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Além disso, esta entidade observa aspectos societários da Lei 5.764/71 em conjunto com pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) aprovado pelo Conselho federal de contabilidade (CFC).

Nota 4 – Base para Elaboração das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais (R\$) e foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Fiscal.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas e pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC na forma da NBC TG 1000, aprovada pela resolução 1.255/2009 do CFC. Tais demonstrações contábeis ainda estão de acordo com a legislação fiscal e comercial em vigor e a Lei nº 5.764/1971 que trata especificamente das sociedades cooperativas, além de atender a legislação específica das permissionárias de energia elétrica emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de ingressos/receitas e dispêndios/despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes das estimativas.

Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, exceto quando especificado em contrário.

Nota 5 - Alterações em Práticas Contábeis

Com o advento da Lei nº 11.638/2007, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IAS e IFRS), novos pronunciamentos técnicos vêm sendo expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, em consonância com as referidas normas internacionais de contabilidade e convertidos em Normas Brasileiras de Contabilidade.

Nota 6 – Sumário das Principais Práticas Contábeis

(a) Moeda Funcional

A moeda funcional da entidade é o real (R\$).

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os fluxos de caixa dos investimentos de curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações de curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

(c) Consumidores

Englobam os valores a receber e são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na realização.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas de contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação as contas a receber de consumidores, a mesma é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidas a mais de 90 dias, da classe comercial vencidos a mais de 180 dias e da classe industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos a mais de 360 dias, conforme definido na Instrução Contábil nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

(e) Estoques

Os materiais em estoque de manutenção, classificados no ativo circulante e os materiais destinados a investimentos, classificados no ativo intangível em curso estão registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização.

(f) Não Circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses seguintes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

(g) Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo. Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas.

(h) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção (sendo os bens adquiridos no Brasil, acrescidos de atualizações monetárias até 1995). A amortização é calculada pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro, conforme determina a Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de outubro de 2015.

Os encargos de amortização, correspondentes à parcela de reavaliação de bens intangíveis, são registrados diretamente nas contas de despesas, sendo procedida a realização da reserva de reavaliação diretamente para a conta de sobras ou perdas do exercício.

Parte da amortização registrada na despesa é transferida para a respectiva conta redutora das Obrigações Especiais, apurando a taxa média de amortização dos ativos correspondentes e aplicando-a sobre o saldo das obrigações especiais.

(i) Obrigações Especiais

As obrigações especiais correspondem ao saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios e Estados, da União Federal e de Consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em conjunto com a permissionária, conforme previsto na instrução contábil nº 6.3.14 do MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Inclui também os recursos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e de Pesquisa e Eficiência Energética – PEE. Em atendimento à previsão do MCSE.

(j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment

Consoante ao que determina a NBC TG 01 (R3), aprovada pela resolução 1.292/10 do CFC, que trata da redução do ativo ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda.

Ainda, considerando que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da amortização ou de custos previstos na empresa de referência, e que no final da permissão os bens remanescentes serão indenizados, o entendimento da Administração da Ceriluz Distribuição é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

(k) Benefícios a Empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

(l) Empréstimos e financiamentos

Os saldos dos empréstimos e financiamentos incluem o valor principal, os juros, variações monetárias e demais encargos contratuais incorridos até a data do balanço, pelo custo amortizado.

(m) Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo

Os ativos e passivos de longo prazo da Cooperativa são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da Cooperativa.

(n) Provisão para Contingências

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações contábeis, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate destes depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

(o) Apuração do Resultado

A Cooperativa tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

(p) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES

Os dispêndios/despesas com assistência técnica, educacional e social, realizadas no exercício, foram contabilizadas originalmente em contas de despesa. No encerramento do exercício, o respectivo valor foi revertido da conta do FATES para a conta Sobras ou Perdas do Exercício.

Os referidos dispêndios/despesas totalizaram R\$ 879 mil em 2020 e resultaram de pagamento de assistência médica, seguro de vida, estudos e treinamentos aos colaboradores, plano de saúde e eventos com palestras aos associados, conforme permite a legislação.

(q) Regime de Tributação

O regime de tributação da Cooperativa é o Lucro Real.

Nota 7 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Instituição Financeira	Tipo de aplicação	Venci-mento	Remuner. no Venc. %	2020	2019
Caixa e Bancos				2.300	858
Sicredi	Sicredinvest	Diário	95% CDI	-	303
Sicredi	Sicredinvest	Diário	100% CDI	-	452
Sicredi	Sicredinvest	28/09/29	100% CDI	310	1.503
Sicredi	Sicredinvest	14/04/25	100% CDI	203	400
Sicredi	Sicredinvest	26/01/20	100% CDI	-	600
Banco do Brasil S.A	CDB-DI	Diário	97% CDI	1.402	1.110
Banco Santander S.A	CDB-DI	Diário	94,5% CDI	501	503
Banrisul	Super CDB	Diário	97% CDI	-	1.009
Caixa Econômica Federal	CDB-DI	Diário	95,5% CDI	12.020	502
Poupança Sicredi	CDB-DI	Diário	70% CDI	1	1
Cresol Ijuí	CDB-DI	03/01/20	100% CDI	105	553
Cresol Augusto Pestana	CDB-DI	Diário	100% CDI	0	101
TOTAL	-	-	-	16.842	7.895

Nota 8 – Consumidores

DESCRIÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES						Provisão p/ Devedores Duvidosos	VALORES RENEGOCIADOS				TOTAL 2020 LIQUIDO	TOTAL 2019 LIQUIDO	
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	8.731	-	826	6	9	74	(87)	12	45	14	7	(6)	9.631	9.354
- Residencial	532	-	179	5	8	15	(28)	4	16	5	3	(2)	737	806
- Industrial	2.004	-	52	-	-	11	(11)	-	-	-	-	-	2.056	1.985
- Comercial	903	-	187	-	-	5	(5)	1	4	3	1	(1)	1.098	1.081
- Rural	2.613	-	401	1	1	40	(40)	7	25	6	3	(3)	3.054	2.848
- Poderes Públicos	30	-	2	-	-	1	(1)	-	-	-	-	-	32	31
- Iluminação Pública	31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31	26
- Serviço Público	356	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	361	332
- Serviço Taxado	1	-	-	-	-	2	(2)	-	-	-	-	-	1	2
- Fornecimento Não Faturado	2.261	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.261	2.243
- (-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	57	412	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	469	260
Outros Creditos	71	1	37	1	-	3	(4)	-	-	-	-	-	109	63
TOTAL CONSUMIDORES	8.859	413	863	7	9	77	(91)	12	45	14	7	(6)	10.209	9.677
Suprimento Energia - Moeda Nacional	164	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	164	167
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	42	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42	8
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL CONCESSIONARIAS E PERMISSONARIAS	206	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	206	175
TOTAL	9.065	413	863	7	9	77	(91)	12	45	14	7	(6)	10.415	9.852

Os valores a receber são provenientes do fornecimento de energia elétrica e prestação de serviço aos associados da Cooperativa e estão registrados no ativo circulante.

A provisão para devedores duvidosos foi mensurada e reconhecida a partir dos parâmetros recomendados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O valor de R\$ 91 mil é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

Nota 9 – Serviços em Curso

	2020	2019
Manutenção de Redes	547	553
Administração	53	293
Total de Serviços em Curso	600	846

Nota 10 – Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis

Ativo Circulante

	2020	2019
ICMS a Recuperar Curto Prazo	887	575
IRRF a Compensar	-	2
IRRF a Recuperar	3	7
Contribuição Social Estimada	2	-
Total de Tributos Compensáveis	892	584

Ativo Não Circulante

	2020	2019
ICMS a Recuperar Longo Prazo	1.513	716
Total de Tributos Compensáveis	1.513	716

Os créditos de ICMS a recuperar referem-se ao valor do ICMS pago na aquisição de imobilizados e intangíveis relacionados a atividade de Distribuição, instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº102/2000.

Nota 11 – Depósitos Judiciais e Cauções

Contingências	Curto Prazo	Longo Prazo	Valor Estimado 2020	Valor Estimado 2019
Trabalhistas	-	61	61	61
Cíveis	-	14	14	28
Fiscais	405	-	405	278
Total de Contingências	405	75	480	367

Em reunião realizada no dia 23/08/2018, mediada pelo Grupo Setorial de Energia da SEFAZ/RS, em Porto Alegre/RS, presentes as cooperativas permissionárias de distribuição de energia elétrica atuantes no Estado do Rio Grande do Sul, foram apresentadas comunicações de autuações aos agentes pelo não recolhimento de ICMS no período de abril/2013 à agosto/2018, referente às parcelas recebidas da subvenção, com fulcro no Decreto 7.891/2013, das classes rurais, irrigantes e serviços públicos de água e esgoto.

Diante das pontuações, por orientação da assessoria jurídica contratada, indicada via Federação, encaminhamos consulta formal à SEFAZ/RS para embasamento legal da cobrança suscitada, a qual tomamos ciência da resposta em 01/11/2018, cuja argumentação ponderando cabível a incidência de ICMS. Mediante alegações, em 18/11/2018, foi impetrado mandado de segurança, através do processo nº 9065443-47.2018.8.21.0001, face a 6ª Vara Pública de Porto Alegre/RS, contestando o alegado, referenciando a ilegalidade do imposto sobre a subvenção criada através da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético, com pedido liminar, deferida, então, pelo recurso, o que determinou a suspensão de qualquer ato de lançamento ou cobrança do tributo em discussão até decisão final.

Ato contínuo, em 17/12/2018 recebemos da SEFAZ/RS o Auto de Lançamento nº 42237653 – Processo Administrativo nº 18/1404 0030183-4, com valores totais para pagamento ao montante de R\$ 3.251.544,53 (principal R\$ 1.750.676,18, multa R\$ 1.050.405,43, juros R\$ 450.462,92), sobre o qual também foi apresentada impugnação administrativa.

Por se tratar de matéria recente, com direcionamento jurídico favorável, a Cooperativa optou por efetuar depósitos judiciais com valores a partir da competência de janeiro de 2019.

Nota 12 – Estoques

	2020	2019
Almoxarifado de Manutenção de Redes	702	571
Resíduos e Sucatas	71	77
Total do Estoque	773	648

Os materiais destinados a investimento no serviço permitido não estão registrados nesse grupo de contas, pois conforme preceitua o MCSE, na contabilidade regulatória os mesmos integram o ativo imobilizado em curso, por consequência na societária está compondo o Intangível em Curso.

Nota 13 – Títulos e Valores Mobiliários

A composição da conta Títulos e Valores Mobiliários é a seguinte:

	2020	2019
Banrisul Capitalização	39	27
BB Capitalização	3	2
Total Títulos e Valores Mobiliários	42	29

Nota 14 – Ativos Financeiros

Os valores se referem à constituição e registro dos componentes financeiros ativos em curso em relação ao próximo reajuste tarifário.

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2019	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante
Demais Ativos Financeiros Setoriais	2.995	3.389	(2.881)	-	-	3.503	1.583	1.920	3.503
Repasse de PIS/COFINS Suprimento	2.833	2.716	(2.546)	-	-	3.003	1.583	1.420	3.003
Ajuste CUST PIS/ COFINS ONS	162	453	(335)	-	-	280	-	280	280
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	-	220	-	-	-	220	-	220	220
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	2.995	3.609	(2.881)	-	-	3.723	1.583	2.140	3.723

Nota 15 – Dispêndios/ Despesas Pagas Antecipadamente

A composição da conta dos dispêndios/despesas pagas antecipadamente é a seguinte:

	2020	2019
Prêmio de Seguro de Veículos	-	9
Publicidade	68	52
IPVA	-	-
Total Despesas Pagas Antecipadamente	68	61

Nota 16 - Outros Ativos Circulantes

	2020	2019
CDE Aneel	1.908	1.887
Empregados	137	149
Adiantamento a Fornecedores	352	183
Outros Devedores	-	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-
Dispêndios a Reembolsar	706	764
Rendas a receber	3	2
Desativações e Alienações	367	424
Total Outros Recebíveis	3.473	3.409

Nota 17 – Outros Ativos não Circulantes

	2020	2019
Indenização pela Concessão a receber	7.650	5.241
Pagamentos Judiciais a Receber	181	181
Total Outros Ativos Não Circulantes	7.831	5.422

Indenização pela Concessão a Receber

Tais ativos correspondem à parcela dos bens e instalações, que em função de suas vidas úteis e do prazo de permissão, não estarão amortizados ao final do mesmo. Conforme previsto no contrato de permissão o valor dos mesmos será objeto de indenização.

	2020	2019
Em Serviço		
Máquinas - Redes de Distribuição	6.420	4.011
Máquinas - Subestação CERILUZ 01	511	510
Máquinas - Subestação CERILUZ 02	653	653
Terrenos - Subestação CERILUZ 02	18	18
Edificação - Subestação CERILUZ 02	48	49
Total Indenização pela Concessão a Receber	7.650	5.241

Nota 18 – Bens e Atividades Não Vinculadas a Concessão

O valor de recuperação do ágio sobre investimentos é avaliado anualmente de acordo com os critérios e métodos estabelecidos pela NBC TG 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Para os exercícios sociais apresentados não foram identificadas quaisquer perdas por redução ao valor recuperável para os ágios da Cooperativa.

INVESTIMENTOS	2020	2019
Composição dos Investimentos em Sociedades Cooperativas		
Participação FECOERGS	1	1
Participação SICREDI Augusto Pestana	58	57
Participação SICREDI Catuípe	9	8
Participação CRESOL Santo Augusto	7	5
Participação Crehnor Noroeste Ijuí	30	30
Participação Cresol Augusto Pestana	-	-
TOTAL	105	101

Nota 19 – Imobilizado e Intangível

a) Imobilizado em Serviço e em Curso

O imobilizado está registrado ao custo (sendo os bens adquiridos no Brasil, acrescidos de atualizações monetárias até 1995) e inclui os encargos financeiros incorridos durante o período de construção. Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas.

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Distribuição	2.442	-	-	2.442	-	(1.187)	1.255	1.575
Veículos	2.442			2.442	-	(1.187)	1.255	1.575
Administração	672	80	-	752	80	(239)	513	517
Terrenos	40	-	-	40	-	-	40	40
Máquinas e Equipamentos	291	80	-	371	80	(152)	219	191
Veículos	208			208	-	(79)	129	159
Móveis e Utensílios	133			133	-	(8)	125	127
Subtotal	3.114	80	-	3.194	80	(1.426)	1.768	2.092

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Distribuição	575	-	-	575	-	-	575	575
Outros	575			575	-	-	575	575
Administração	177	513	(80)	610	433	-	610	177
Máquinas e Equipamentos	177	513	(80)	610	433	-	610	177
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	752	513	(80)	1.185	433	-	1.185	752

Total do Ativo Imobilizado	3.866	593	(80)	4.379	513	(1.426)	2.953	2.844
-----------------------------------	--------------	------------	-------------	--------------	------------	----------------	--------------	--------------

b) Intangível em Serviço e em Curso

Conforme o Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados principalmente na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução Normativa nº 691/2015 da ANEEL, entretanto, regulamentou a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Ativo Intangível em Serviço								
Distribuição	69.066	9.064	(4.131)	73.999	4.933	(26.313)	47.686	44.600
Softwares	91	-	-	91	-	(72)	19	29
Outros	68.975	9.064	(4.131)	73.908	4.933	(26.241)	47.667	44.571
Administração	436	-	-	436	-	(380)	56	86
Softwares	426	-	-	426	-	(370)	56	85
Outros	10	-	-	10	-	(10)	-	1
Subtotal	69.502	9.064	(4.131)	74.435	4.933	(26.693)	47.742	44.686
Ativo Intangível em Curso								
Distribuição	6.862	24.796	(18.247)	13.411	6.549	-	13.411	6.862
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	97	-	-	97	-	-	97	97
Outros	6.765	24.796	(18.247)	13.314	6.549	-	13.314	6.765
Subtotal	6.862	24.796	(18.247)	13.411	6.549	-	13.411	6.862
Total do Ativo Intangível	76.364	33.860	(22.378)	87.846	11.482	(26.693)	61.153	51.548

c) ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão:

Essa instrução define a forma de contabilização dos ativos de concessões e permissões. O impacto nas Demonstrações Contábeis foi a transferência dos saldos do Ativo Imobilizado e das Obrigações Especiais para o Ativo Intangível referente ao direito de cobrança de tarifa dos consumidores (direito de exploração da Permissão), e eventual registro de um ativo financeiro, representando um direito incondicional da Cooperativa de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da permissão. Desta prática, a permissionária deve reconhecer receitas e custos na forma da Seção 23 da NBC TG 1000 (receitas) relativos a prestação de serviços de construções e melhoria na infraestrutura (serviços de construção e melhoria), desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção (nota 29 e 30) estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

d) Vidas Úteis e Taxas de Depreciação

Em 11 de agosto de 2015 a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 674, determinou a adoção de novas taxas de depreciação, às quais resultaram de estudos realizados para revisão da vida útil dos bens patrimoniais.

Os valores contabilizados como dispêndios/despesas de depreciação e amortização no exercício de 2019 foram de R\$ 3,045 milhões.

Taxas de Depreciação (%)

Distribuição	(%)
Banco de Capacitores	6,67%
Chave de Distribuição	6,67%
Condutor do Sistema	3,57%
Estrutura do Sistema	3,57%
Regulador de Tensão	4,35%
Religador de Tensão	4,00%
Transformador de Distribuição	4,00%
Transformador de Medida	4,35%
Administração:	(%)
Equipamento Geral	6,25%
Direitos, Marcas e patentes - Software	20,00%
Edificação	3,33%
Veículos	14,29%

e) Redução ao valor Recuperável – Impairment

A Administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final das concessões/permissões de serviço público, admitindo, por hora, e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor dos livros. Assim, a premissa de valorização do ativo residual ao final das concessões/permissões ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente. Diante dessas premissas, a Cooperativa não identificou necessidade de constituição de provisão para impairment.

Nota 20 – Fornecedores

	2020	2019
Encargos de Uso de Rede Elétrica	177	81
Suprimento de Energia	1.388	1.063
Materiais e Serviços	1.548	1.192
Total Fornecedores	3.113	2.336

Nota 21 – Empréstimos e Financiamentos

Os valores dos empréstimos encontram-se atualizados de acordo com as taxas contratuais pactuadas em cada contrato e classificados no Passivo Circulante e Não Circulante de acordo com os prazos de vencimento. Para a execução dos investimentos previstos para o exercício, a Cooperativa captou um total de R\$ 10 milhões junto à Caixa Econômica Federal.

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgtto Juros	Frequência Pgtto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de LP				
																2022	2023	2024	2024	Total
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	946	9.054	10.000												2.007	2.169	2.344	2.534	9.054
CAPITAL DE GIRO CRESOL	-	-	-	-												-	-	-	-	-
CAPITAL DE GIRO CAIXA EMPRESARIAL MGE		946	9.054	10.000	Sim	nov-20	Outras		8,08%	26/01/21	Mensal	26/01/20	26/11/25	Mensal	SAC	2.007	2.169	2.344	2.534	9.054
Total por Dívida	-	946	9.054	10.000												2.007	2.169	2.344	2.534	9.054
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	946	9.054	10.000												2.007	2.169	2.344	2.534	9.054
Tributária	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-												-	-	-	-	-

Nota 22 – Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2020	2019
Tributos e Contribuições Sociais Retidos na Fonte	522	479
Consignação em Favor da Concessionária	24	22
Folha de Pagamento Líquida	248	232
Provisão de Férias	1.291	1.215
Total Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.085	1.948

Nota 23 – Tributos e Contribuições Sociais a Recolher

Os Tributos e contribuições sociais a recolher estão assim distribuídos:

	2020	2019
Passivo Circulante		
ICMS a Recolher	566	490
CSLL a Recolher	5	6
IRPJ a Recolher	1	7
PIS s/ Faturamento	13	23
COFINS s/ Faturamento	60	104
I.S.S.Q.N a Recolher	13	1
INSS a Recolher	21	1
PIS/COFINS a Recolher	5	3
Imposto de Renda a Recolher	2	1
Contribuição Social a Recolher	1	1
Total Obrigações Sociais e Trabalhistas	687	637

Nota 24 – Provisão para Litígios

A Cooperativa é parte envolvida em ações Trabalhistas, Cíveis e Tributárias e está discutindo estas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração que as considera prováveis, amparada pela opinião da assessoria jurídica da Cooperativa.

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regula- tórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2019	780	-	3.306	-	-	-	4.086
Constituição	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos de Causa / Ajustes	-	-	-	-	-	-	-
Probabilidades	-	-	-	-	-	-	-
Atualização Monetária	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2020	780	-	3.306	-	-	-	4.086
Circulante	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante	780	-	3.306	-	-	-	4.086

No ano de 2020 não foram constituídas provisões contábeis, considerando o prognóstico de nossa assessoria jurídica.

Nota 25 – Encargos Setoriais:

	2020	2019
P&D - Empresa	84	82
Programa de Eficiência Energética - P.E.E.	284	276
Encargos CDE	652	566
Proinfa	-	102
Bandeiras Tarifárias	446	392
Total Encargos Setoriais	1.466	1.418

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético: foi criada através da Lei 10438/2002, no artigo 13, visando além do desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo os seus recursos observar as vinculações previstas em Lei. Este encargo na forma da Lei 12783/2013 e regulamentada pelo Decreto 7891/2013 teve suas finalidades alteradas com vistas a modicidade tarifária.

PEE e P&D – São valores apurados até 30 de abril de 2016, a partir de quando as permissionárias ficaram desobrigadas de novos recolhimentos a estes vinculados. A partir de maio de 2016 a cooperativa apenas registra atualizações mensais, aguardando orientação da ANEEL para destinação dos saldos.

Nota 26 – Passivos Regulatórios

Os valores se referem ao registro da neutralidade dos encargos setoriais (Parcela “A”) - denominados custos não gerenciáveis e corresponde à diferença entre os valores destes encargos reconhecidos na Revisão Tarifária em relação ao mercado verificado, bem como, a provisão de constituição (em curso) de passivos regulatórios – componentes financeiros em relação ao próximo Reajuste Tarifário.

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2019	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Demais Passivos Financeiros Setoriais	1.386	7.475	(2.200)	-	-	6.661	1.684	4.978	1.071	4.322
Compensação DIC FIC	55	3	(29)	-	-	29	28	1	1	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	394	1.083	(893)	-	-	584	416	169	584	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	937	6.389	(1.278)	-	-	6.048	1.240	4.808	486	4.322
Total Passivos Financeiros Setoriais	1.386	7.475	(2.200)	-	-	6.661	1.684	4.978	1.071	4.322

Nota 27 – Outros Passivos Circulantes

	2020	2019
Consumidor	33	41
Outros Credores	4.877	3.402
Total Passivos Circulantes	4.910	3.443

a) Consumidor:

Refere-se a consumidores (associados) da Cooperativa de Distribuição de Energia autorizam em documento junto ao setor de faturamento, uma autorização para debitar o valor de sua livre escolha para beneficiar a entidade de sua região, seguro residencial, energia recebida em duplicidade e compensações a consumidores.

b) A Conta Outros Credores:

Convênios de arrecadação de Iluminação pública firmado com as prefeituras, valores recebidos que estão em classificação e credores diversos.

Compões esse grupo de contas também a destinação das sobras de 2017, 2018 e 2019, aprovadas pelas AGO de 2018, 2019 e 2020 que ainda não foram utilizadas no projeto aprovado, totalizando R\$ 4,518 milhões.

Nota 28 – Outros Passivos não Circulantes

	2020	2019
Retenção Causas Trabalhistas	22	22
Total de Outras Contas a Pagar	22	22

Nota 29 – Obrigações Vinculadas a Permissão

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti-zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Em serviço	6.531	732	-	-	7.263	732	(1.391)	5.872	5.395
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	█	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	6.381	732	-	-	7.113	█	(1.241)	5.872	5.394
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço	-	-	-	-	-	█	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	█	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	150	-	-	-	150	█	(150)	-	1
Em curso	430	2.660	(2.347)	-	743	313	-	743	430
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	█	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	89	1.653	(1.436)	-	306	█	-	306	89
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço	-	-	-	-	-	█	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	█	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	█	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	260	841	(724)	-	377	█	-	377	260
Valores Não Aplicados	81	166	(187)	-	60	█	-	60	81
Outros	-	-	-	-	-	█	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	█	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	█	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	█	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	█	-	-	-
Total	6.961	3.392	(2.347)	-	8.006	1.045	(1.391)	6.615	5.825

Conforme determinou a SFF as receitas com Ultrapassagem de Demanda e Excedentes de Reativo não estão enquadradas nas regras estabelecidas nos Submódulos 2.1- Procedimentos Gerais e 2.1A – Procedimentos Gerais – Aditivo Contratual 2016, que alcançam exclusivamente as concessionárias de distribuição. Dessa maneira, no ano de 2019 a cooperativa reverteu os valores lançados em Obrigações Vinculadas a Concessão – Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativo para a respectiva classe faturada na receita.

Nota 30 – Patrimônio Líquido

30.1. Capital Social

O Capital Social da Cooperativa, no valor de R\$ 7,444 milhões é formado por cotas partes referentes a 16.267 associados em 31 de dezembro de 2020.

30.2. Natureza e Finalidade das Reservas

- a) Fundo de Reserva: é indivisível para distribuição entre os cooperados, mas a sua constituição é obrigatória conforme a Lei nº 5.764/1971. Sendo constituído de 45% (antes de 2014 30%) das sobras do exercício social, além de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral, destina-se à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.
- b) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES: também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído por 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, conforme previsão estatutária, destinado à cobertura de gastos com assistência técnica e social dos cooperados, seus dependentes, e dos próprios empregados. Sua constituição é estabelecida pela Lei 5.764/1971.
- c) Fundo de Manutenção e Expansão: é constituído por 30% das sobras líquidas do exercício social, além de eventuais destinações da Assembleia Geral, e destina-se as necessidades operacionais das redes, linhas, ramais e ou acessórios.

30.3. Sobras à Disposição da Assembleia Geral Ordinária

	2020	2019
Resultado do Exercício	9.145	8.274
Destinações de Caráter Fiscal - FATES	267	567
Destinações de Caráter Legal Estatutário:	7.102	6.165
Fundo de Reserva Legal	3.995	3.468
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	444	385
Fundo de Manutenção e Expansão	2.663	2.312
Sobras à Disposição da Assembleia Geral Ordinária	1.776	1.542

As sobras apuradas após a constituição das reservas ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação.

Nota 31 – Instrumentos Financeiros

a) Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os principais instrumentos financeiros são:

Caixa e equivalentes de caixa: apresentados na nota 6;

Consumidores: apresentadas na nota 7;

Empréstimos e Financiamentos: apresentados na nota 20.

b) Valor Justo

	2020		2019	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e Equivalentes de Caixa	16.842	16.842	7.895	7.895
Contas a Receber	10.209	10.209	9.677	9.677
Empréstimos e Financiamentos	14.322	14.322	1.145	1.145
Total	41.373	41.373	18.717	18.717

c) Classificação dos Instrumentos Financeiros

	Mantidos para Negociação	Mantidos até o Vencimento	Destinados a Venda	Empréstimos e Recebíveis
Ativos Financeiros:				
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	16.842	-	16.842
Contas a Receber	-	10.209	-	10.209
Total	-	27.051	-	27.051
Passivos Financeiros:				
Empréstimos e Financiamentos	-	14.322	-	14.322
Total	-	14.322	-	14.322

d) Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

Risco de Taxas de Juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a empresa vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que aplicadas aos seus passivos e ativo captados (aplicados) no mercado.

Risco de Taxas de Câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando os dispêndios/despesas financeiras (ou ingressos/receita) e o saldo passivo (ou ativo), de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

Risco de Crédito: advém da possibilidade da Cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras, gerados por operações de aplicação financeira.

Risco de Gerenciamento de Capital: advém da escolha da Cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

Nota 32 – Ingressos/Receitas Operacionais

	2020	2019
Fornecimento de energia elétrica	34.719	39.434
Suprimento de energia elétrica	1.870	1.306
Disponibilização do sistema de distribuição	36.268	29.690
Ativos e Passivos Regulatórios	1527	810
Serviços cobráveis	8	9
Doações, contrib. e subvenções	22.772	22.883
Total Receita / Ingresso	97.164	94.132

Conforme determinou a SFF as receitas com Ultrapassagem de Demanda e Excedentes de Reativo não estão enquadradas nas regras estabelecidas nos Submódulos 2.1- Procedimentos Gerais e 2.1A – Procedimentos Gerais – Aditivo Contratual 2016, que alcançam exclusivamente as concessionárias de distribuição. Dessa maneira, no ano de 2019 a cooperativa reverteu os valores lançados em Obrigações Vinculadas a Concessão – Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativo para a respectiva classe faturada na receita.

Fornecimento de Energia - TE

Contabilização da receita de fornecimento faturado e não faturado de energia elétrica para a unidade consumidora com fim residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público.

Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica – TUSD

Contabilização dos encargos de uso de rede elétrica derivados da receita faturada de Consumidores cativos, Consumidores livres e Encargos de conexão de agentes de geração.

Suprimento de energia

Contabilização da receita faturada, proveniente do suprimento de energia elétrica dos agentes de distribuição

Ativos e Passivos Regulatórios

Contabilização das variações positivas e negativas de demais itens financeiros constantes nos reajustes e/ou revisões tarifárias de itens da conta de demais ativos regulatórios, das variações positivas e negativas e ajustes de valores positivos e negativos de demais ativos regulatórios ocorridas em períodos intercalares às datas de reajuste e/ou revisão tarifária, e de eventuais saldos a serem adicionais das tarifas futuras em função de revisões tarifárias concedidos a maior temporariamente.

Serviços cobráveis

Contabilização de receitas referente aos serviços cobráveis, realizados mediante solicitação do consumidor. Os serviços a serem considerados nesta conta são: Vistoria de unidade consumidora; Aferição de medidor; Verificação de nível de tensão; Religação normal; Religação de urgência; Emissão de segunda via de fatura; Emissão de segunda via da declaração de quitação anual de débitos; Disponibilização dos dados de medição armazenados em memória de massa; Desligamento e religação programados; Fornecimento de pulsos de potência e sincronismo para unidade consumidora do grupo A;

Doações, contribuições e subvenções

Contabilização da receita de subvenção criada pela Lei 13.360/2017 para cooperativas com baixa densidade de carga;

Contabilização da receita de subvenção criada pela Lei 10438/2002, alterada pela Lei 12783/2013, que tem como finalidade conceder descontos tarifários a diversos usuários (baixa renda, rural, irrigante, etc); custear a geração de energia nos sistemas elétricos isolados por meio da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; pagar indenizações de concessões; incentivar o programa de subvenção à expansão da malha de gás natural; garantir a modicidade tarifária; promover a competitividade do carvão mineral nacional; entre outros.

Nota 33 – Tributos sobre os Ingressos/Receitas

	2020	2019
ICMS	(11.837)	(12.037)
PIS-PASEP	(130)	(236)
COFINS	(601)	(1.088)
Total Tributos	(12.568)	(13.361)

Nota 34 – Encargos da Parcela "A"

	2020	2019
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(7.218)	(5.345)
Taxa de Fiscalização - TFSEE	(154)	(146)
Outros encargos	(689)	(1.843)
Total Encargos - Parcela "A"	(8.061)	(7.334)

Conta de desenvolvimento

Contabilização do repasse da subvenção criada pela Lei 10438/2002, alterada pela Lei 12783/2013, que tem como finalidade conceder descontos tarifários a diversos usuários (baixa renda, rural, irrigante, etc); custear a geração de energia nos sistemas elétricos isolados por meio da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; pagar indenizações de concessões; incentivar o programa de subvenção à expansão da malha de gás natural; garantir a modicidade tarifária; promover a competitividade do carvão mineral nacional; entre outros.

Taxa de Fiscalização – TFSEE

Contabilização do repasse da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica que foi criada, pela Lei nº. 9.427, de 26/12/1996, e regulamentada pelo Decreto nº. 2.410, de 28/11/1997, com a finalidade de constituir a receita da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para cobertura dos seus dispêndios/despesas administrativas e operacionais.

Outros encargos

Bandeiras Tarifárias - Instituída pela Resolução Normativa nº 547 de 16/04/2013, passou a ser cobrada dos consumidores das permissionárias em 01/07/2015. Valor arrecadado é repassado a CCEE.

Nota 35 - Custos não Gerenciáveis - Parcela "A"

Custo da Energia	2020	2019
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(34.967)	(34.314)
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	(11.244)	(9.313)
TOTAL	(46.211)	(43.627)

Nota 36 - Custos gerenciáveis - Parcela "B"

	2020	2019
Pessoal e administradores	(11.541)	(11.380)
Material	(2.600)	(3.218)
Serviços de terceiros	(3.812)	(3.061)
Arrendamentos e aluguéis	(46)	(39)
Seguros	(11)	(79)
Provisões	(9)	(3)
(-) Recuperação de despesas	268	408
Tributos	(56)	(75)
Depreciação e amortização	(3.033)	(3.045)
Gastos diversos*	(16.601)	(7.892)
Total Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(37.441)	(28.384)

*Gastos Diversos

a) Custo de Construção

Correspondem aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009, deve ser registrada como custo. Em contrapartida, registramos também a receita correspondente, decorrente do direito de receber o valor investido através da tarifa, durante o período de permissão, bem como a indenização relativa à parcela não amortizada dos mesmos, ao final do mencionado período.

Custo de Construção	2020	2019
Custo de Construção	(15.124)	(6.240)
TOTAL	(15.124)	(6.240)

Nota 37 – Outros Ingressos/Receitas Operacionais

	2020	2019
Receita de compartilhamento de Infraestrutura	33	33
Ganhos na Alienação de Bens e Direitos	101	450
Receita de Construção*	15.124	6.240
Convenio arrecadação de iluminação pública	10	11
Total Outras Receitas Operacionais	15.268	6.734

*Receita de Construção

Correspondem aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009, deve ser registrada como receita. Em contrapartida, registramos também o custo correspondente, decorrente do direito de receber o valor investido através da tarifa, durante o período de permissão, bem como a indenização relativa à parcela não amortizada dos mesmos, ao final do mencionado período.

Receita de Construção	2020	2019
Receita de Construção	15.124	6.240
TOTAL	15.124	6.240

Nota 38 – Outros Dispendios/Despesas Operacionais

	2020	2019
Perdas na Desativação de Bens	(1.124)	(852)
Perdas na Alienação de Bens e Direitos	-	(99)
Perdas em Projetos não Executados	(13)	(23)
Total Outras despesas Operacionais	(1.137)	(974)

Nota 39 – Seguros

A cooperativa efetua a contratação de seguros para os seus veículos, utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais e seguro de vida para os colaboradores, de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

Nota 40 – Nota Explicativa DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte complementar as informações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Informações Trimestrais e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09– Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Nota 41 – Informações por Segmento e Atividades de Negócios

a) Segmentos e Atividades de Negócios

Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: a) distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; b) permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores; e quando for o caso, c) garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

b) Áreas Geográficas

A área de atuação, para efeito de admissão de associados e prestação de serviços a que se propõe são todas as localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Nota 41 – Partes Relacionadas

As partes relacionadas compreendem a Diretoria Executiva e Conselheiros de Administração, cujas atribuições, poderes e funcionamentos são definidos no Estatuto Social da Cooperativa. Os Diretores são os representantes legais responsáveis principalmente pela administração no aspecto operacional, e compete aos mesmos realizar e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. O Conselho de Administração é responsável pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de quatro anos, sendo obrigatória a renovação de no mínimo um terço ao final de cada mandato.

Os direitos e deveres dos Conselheiros de Administração são os mesmos estabelecidos aos demais associados, bem como, não há, em hipótese alguma, tratamento diferenciado aos mesmos, os quais seguem as políticas e diretrizes definidas para a sociedade

As operações são realizadas no contexto normal das atividades operacionais, não tendo influencias que possam gerar benefícios indevidos as suas contrapartes ou prejuízos a Cooperativa, e apresentaram as seguintes movimentações no decorrer do exercício de 2020.

Transações com partes relacionadas:

Tipo:	2020	PCLD
Remuneração	650	-
Faturas de Energia	17	-
Quota Capital	14	-
Saldo de Contas a Pagar	51	-
Saldo de Contas a receber	1	-

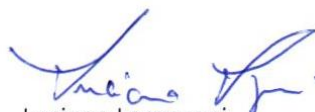
8 BALANÇO SOCIAL

1. BASE DE CÁLCULO	2020			2019		
Ingressos/Receita Líquida (RL)	76.535			73.437		
Resultado Operacional (RO)	7.523			6.958		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	13.183			11.831		
2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	R\$	% S/FPB	% S/RL	R\$	% S/FPB	% S/RL
Alimentação	353	2,68%	0,46%	326	2,76%	0,44%
Plano de Saúde Funcionários	457	3,47%	0,60%	405	3,42%	0,55%
Encargos Sociais	2.191	16,62%	2,86%	1.716	14,50%	2,34%
Seguro Vida em Grupo	46	0,35%	0,06%	41	0,35%	0,06%
Educação e Treinamento	8	0,06%	0,01%	59	0,50%	0,08%
Segurança e Medicina Trabalho	308	2,34%	0,40%	54	0,46%	0,07%
Participação Resultados	640	4,85%	0,84%	897	7,58%	1,22%
TOTAL	4.003	30,36%	5,23%	3.498	29,57%	4,76%
3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		%S/RO	%/RL		%S/RO	%/RL
Investimento em Veículos	-	0,00%	0,00%	658	9,46%	0,90%
Qualidade vida associados	363	4,83%	0,47%	381	5,48%	0,52%
Total Cooperantes	363	4,83%	0,47%	1.039	14,94%	1,42%
Tributos (excluído os encargos sociais)	12.670	168,42%	16,55%	13.361	192,02%	18,19%
TOTAL	13.033	173,24%	173,24%	14.400	206,96%	19,61%
4. INDICADORES AMBIENTAIS		%S/RO	%S/RL		%S/RO	%S/RL
Investimentos em programas ou projetos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
5. INDICADORES CORPO FUNCIONAL						
Número de Funcionários final do período			121			122
Número de Admissões no Período			8			10
Número de Demissões			9			1
Número de Mulheres			18			10
Funcionários Deficientes			1			0
Outros			0			0
6. INFORMAÇÕES RELEVANTES-CIDADANIA EMPRESARIAL						
Relação entre a maior e menor Remuneração na empresa			12,36			12,03
Número Total de acidentes trabalho			1			3

9. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda – Ceriluz Distribuição, inscrita no CNPJ nº 87.656.989/0001-74, com sede na Rua Reinoldo Schindler, nº 100, bairro das Chácaras, na cidade de Ijuí-RS, em cumprimento ao Art. 43, inciso XI do Estatuto Social, nós abaixo assinados, tendo examinado o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Sobras/Perdas relativas ao exercício de 2020, bem como as demais demonstrações contábeis e notas explicativas, constatamos que expressam a real situação patrimonial, econômica e financeira da entidade, e por esta razão recomendamos a sua aprovação pelos associados presentes na assembleia.

Ijuí (RS), 26 de fevereiro de 2021.



Luciano Lorenzoni
CPF 711.901.550-87



Claudio Roberto Drews
CPF 752.975.580-34



Sidnei João Montagner
CPF 364.664.250-53

10. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS



R. Benjamin Constant, nº 155 D | Centro
Chopacá - SC | CEP: 89.801-070 | Fone: (49) 3322-2233
linearaudtores.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
CNPJ Nº:87.656.989/0001-74
Ijuí - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do valor abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, previstas na ITG 2004 – Entidade Cooperativa.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da administração

somos requeridos a comunicar esse fato. Nenhuma informação adicional ao conjunto das demonstrações contábeis foi submetida a nossa apreciação para fins de manifestação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA é responsável pela elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, previstas na ITG 2004 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Chapecó, 26 de fevereiro de 2021.

LINEAR AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRCSC 4159/O-6

JOÃO CARLOS SUBACZ
Contador CRCSC 18.585/O-2

JOAO CARLOS
SUBACZ:55994709972

Assinado de forma digital por
JOAO CARLOS
SUBACZ:55994709972
Dados: 2021.03.02 13:56:42 -03'00'